

UNESPAR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**CAROLINE DE LIMA MENDONÇA**

**EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DA  
DETERMINAÇÃO DO CAPITAL**

**CAROLINE DE LIMA MENDONÇA**

**PARANAVAÍ  
2024**

**2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DA  
DETERMINAÇÃO DO CAPITAL**

**CAROLINE DE LIMA MENDONÇA**

**PARANAVAÍ  
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DA  
DETERMINAÇÃO DO CAPITAL**

Dissertação apresentada por CAROLINE DE LIMA MENDONÇA, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino.  
Área de Concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientador(a):  
Prof<sup>(a)</sup>. Dr(a).: NEIDE DE ALMEIDA LANÇA GALVÃO FAVARO (UNESPAR)  
Coorientador:  
Prof. Dr. Paulo Sergio Tumolo (UFSC)

## FICHA CATALOGRÁFICA:

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mendonça, Caroline de Lima

Empreendedorismo na educação: Uma análise à luz da determinação do capital / Caroline de Lima Mendonça. -  
- Paranavaí-PR, 2024.  
92 f.

Orientador: Neide de Almeida Lança Galvão Favaro.

Coorientador: Paulo Sergio Tumolo.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino: "Formação Docente Interdisciplinar") -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Marxismo e educação. 2. Política educacional.  
3. Ensino Médio. 4. Trabalho e educação. 5.  
Educação Básica. I - Favaro, Neide de Almeida Lança Galvão (orient). II - Tumolo, Paulo Sergio (coorient). III - Título.

CAROLINE DE LIMA MENDONÇA

**EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DA  
DETERMINAÇÃO DO CAPITAL**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Neide de Almeida Lança Galvão Favaro (Orientador) –  
UNESPAR

Prof. Dr. Paulo Sergio Tumolo (Coorientador) - UFSC

Prof. Dr. Ricardo Scoepel Velho – IFC – Instituto Federal Catarinense  
– Rio do Sul

Prof. Dr. Renan Bandeirante de Araújo – UNESPAR - Paranaíba

Profa. Dra. Rita de Cássia Pizoli Oliveira – UNESPAR - Paranaíba  
(Suplente)

Data de Aprovação:

27/03/2024

Dedico este trabalho a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória educacional, desde a pré-escola ao ensino superior, e a pós graduação. E a todos aqueles que direta ou indiretamente me incentivam e me apoiam, na continuidade dos meus estudos. À minha amada companheira da vida, Rebeca, meus avós maternos, aos meus pais e amigos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus professores, todos aqueles que fizeram parte da minha trajetória educacional. Às minhas professoras das escolas municipais Isbela Felipe e Elza Grassiotto Caselli, em especial, as professoras Andréa, Tânia, Cláudia e Neide, pessoas que tenho grande admiração e enorme carinho, e foram as minhas primeiras professoras e grandes profissionais. Aos meus professores da Escola Bento Munhoz da Rocha Neto e Colégio Objetivo de Paranavaí, os quais foram essenciais para minha formação. Aos meus professores do colegiado de pedagogia, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Paranavaí), pessoas pelas quais tenho grande admiração e carinho, e que muito contribuíram para a minha formação.

Agradeço também à minha companheira da vida, Rebeca, quem sempre demonstrou incansável apoio, cuidado, atenção e afeto, não medindo esforços para que eu conseguisse alcançar os meus objetivos, desde o meu ingresso ao mestrado, até a sua finalização. Obrigada por todo cuidado, afeto e por acreditar em mim.

À minha fiel companheira de todos os dias, Maia, que sempre se fez presente nos momentos mais solitários do processo de escrita.

À minha família, em especial, aos meus pais, Adriana e Antônio, irmã Maria Clara, e a minha avó materna Iraci, quem sempre me incentivou a continuar os meus estudos, sempre me apoiando e me amparando, tornando o processo possível.

Aos meus amigos, com quem compartilhei meus momentos de angústias, inseguranças, medos, e, finalmente, alegrias. Muito obrigada a todos aqueles que fazem parte da minha vida.

Aos membros do grupo de estudos GEPTESC/Unespar, agradeço imensamente todas as trocas e partilhas oportunizadas em cada encontro, possibilitando maiores aprofundamentos de análises e que carinhosamente, participaram significativamente da minha formação e da minha jornada no âmbito da pesquisa.

À minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Neide de Almeida Galvão Lança Favaro, por ter me aceitado como orientanda desde a graduação e agora com o mestrado, agradeço por todo trabalho, orientação e trocas nesse período em que desenvolvemos pesquisas em conjunto. Obrigada por me orientar e acreditar em mim, me oportunizando significativas aprendizagens e experiências.

Ao meu coorientador Paulo Sérgio Tumolo, por ter aceitado participar deste trabalho, e me orientar ao longo do processo de escrita.

Aos membros da banca de avaliação, professor Dr. Ricardo Scoepel Velho, professor Dr. Renan Bandeirante de Araújo e a professora Dra. Rita de Cássia Pizoli Oliveira, que muito contribuíram no aperfeiçoamento e reflexões em torno deste trabalho.

Jurei mentiras  
E sigo sozinho  
Assumo os pecados  
Os ventos do norte  
Não movem moinhos  
E o que me resta  
É só um gemido

Minha vida, meus mortos  
Meus caminhos tortos  
Meu sangue latino  
Minh'alma cativa

Rompi tratados  
Traí os ritos  
Quebrei a lança  
Lancei no espaço  
Um grito, um desabafo  
E o que me importa  
É não estar vencido

Minha vida, meus mortos  
Meus caminhos tortos  
Meu sangue latino  
Minh'alma cativa

(Sangue Latino, Ney Matogrosso).

MENDONÇA, Caroline de Lima. **Empreendedorismo na educação: uma análise à luz da determinação do capital.** 92 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – *Campus* Paranavaí. Orientadora: Neide de Almeida Lança Galvão Favaro; Coorientador: Paulo Sérgio Tumolo. Paranavaí, 2024.

## RESUMO

Esta pesquisa vincula-se ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar, da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Paranavaí. O tema refere-se ao estudo e compreensão do empreendedorismo na educação brasileira. Para contribuir nesse debate o objetivo é analisar o empreendedorismo e os objetivos gerais de sua inserção na Educação Básica, considerando as categorias analíticas da obra marxiana. A pesquisa é qualitativa e se ampara em abordagem bibliográfica e documental, fundamentada no materialismo histórico, pois defende a compreensão da sociedade e da educação a partir de suas relações com o modo de produção capitalista. O empreendedorismo é analisado em suas origens e sentidos, verificando-se sua inserção nas legislações e diretrizes para a educação. Infere-se que ele é um termo polissêmico e tem origem no âmbito econômico, assumindo distintas conotações e sentidos, não podendo ser identificado por isso como teoria. Apesar disso, seus sentidos convergem para pontos em comum que são difundidos na educação, como a responsabilização dos indivíduos por mudanças econômicas, a possibilidade de readequação a contextos já existentes e a criatividade como forma de sobreviver à competitividade e à concorrência. Para subsidiar sua análise crítica, são discutidas as categorias analíticas da obra *O Capital*, de Karl Marx (1818-1883), especificamente do Livro I, desvelando os fundamentos da teoria do valor. São explorados os conceitos de Trabalho Concreto, que se refere às características e distinções de cada trabalho; de Trabalho Abstrato, entendido como o trabalho humano igual, que exige uma abstração do trabalho concreto e de todas as características que diferenciam cada trabalho, para se chegar a sua essência oculta; e de Trabalho Produtivo de Capital, com o qual se produz mais valor, objetivo fulcral da sociabilidade capitalista. Problematisa-se então o significado real do empreendedorismo sob o capital e seus desdobramentos para os futuros trabalhadores. As categorias marxianas revelam que a proposta do empreendedorismo não se sustenta no interior das relações sociais capitalistas estabelecidas, pois se propaga a ideia de “criar o próprio negócio”, “iniciar algo novo”, com a criação de uma atividade econômica voltada para a produção e venda de produtos e serviços, desconsiderando as condições reais e estruturantes do capital. Regida pela lógica do mercado, a determinação do valor das mercadorias no processo de troca se dá em função do cálculo da média social do tempo de trabalho abstrato necessário para a produção, sem controle de seus produtores. O desenvolvimento das forças produtivas, devido ao avanço da ciência e da tecnologia, altera o valor das mercadorias, acarretando duas consequências principais: desemprego e acirramento da concorrência intercapitalista. Os dados numéricos comprovam o significativo número de negócios encerrados na fase inicial e, com isso, percebe-se a falácia do empreendedorismo e o problema de ser considerado como um princípio educativo cuja função seria fomentar a inovação e a criatividade. Ao criar seu próprio negócio o empreendedor não está lidando apenas com a vontade e esforço individuais, mas com problemas de ordem estrutural, que não são superados por meio de ações pontuais, mas apenas com a derrocada do capital.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Educação Básica; Trabalho e educação; Capital.

MENDONÇA, Caroline de Lima. **Entrepreneurship in education: a critical analysis based on historical materialism.** 92 f. Dissertation (Master in Teaching) – State University of Paraná. Supervisor: Neide de Almeida Lança Galvão Favaro; co-supervisor: Paulo Sérgio Tumolo. Paranavaí, 2024.

## ABSTRACT

This research is linked to the Interdisciplinary Teaching Training Master's Program at the State University of Paraná, Paranavaí *Campus*. The theme refers to the study and understanding of entrepreneurship in Brazilian education. To contribute to this debate, the objective is to analyze entrepreneurship and the general objectives of its integration into Basic Education, considering the analytical categories of Marx's work. The research is qualitative and relies on a bibliographical and documentary approach, grounded in historical materialism, as it advocates for the understanding of society and education based on their relations with the capitalist mode of production. Entrepreneurship is analyzed in its origins and meanings, verifying its insertion in legislation and guidelines for education. It is inferred that it is a polysemic term and originates in the economic sphere, assuming different connotations and meanings, and thus cannot be identified as a theory. Nevertheless, its meanings converge towards common points that are disseminated in education, such as individual accountability for economic changes, the possibility of readjustment to existing contexts, and creativity as a means of surviving competitiveness and competition. To support its critical analysis, the analytical categories of Karl Marx (1818-1883) in *The Capital*, specifically Book I, are discussed, unveiling the foundations of the theory of value. The concepts of Concrete Labor, which refers to the characteristics and distinctions of each work; Abstract Labor, understood as equal human labor, which requires an abstraction from concrete work and all its distinguishing characteristics to reach its hidden essence; and Productive Labor of Capital, which produces more value, a crucial goal of capitalist sociability, are explored. The real meaning of entrepreneurship under capital and its implications for future workers are then problematized. Marxian categories reveal that the proposal of entrepreneurship does not hold within established capitalist social relations, as it propagates the idea of "creating one's own business," "starting something new," with the creation of an economic activity focused on the production and sale of products and services, disregarding the real and structural conditions of capital. Governed by market logic, the determination of the value of commodities in the exchange process is based on the calculation of the social average of the necessary abstract labor time for production, without control by its producers. The development of productive forces, due to advances in science and technology, alters the value of commodities, resulting in two main consequences: unemployment and intensification of inter-capitalist competition. Numerical data confirm the significant number of businesses closed in the initial phase, thus revealing the fallacy of entrepreneurship and the problem of considering it as an educational principle whose function would be to foster innovation and creativity. By creating their own business, the entrepreneur is not dealing solely with individual will and effort, but with structural problems that are not overcome through isolated actions but only with the downfall of capital.

**Keywords:** Entrepreneurship; Basic Education; Work and education; Capital.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos

FMI - Fundo Monetário Internacional

SEADE - Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados

GEM - Monitoramento de Empreendedorismo Global

GEPTESC - Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PPIFOR – Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Ensino: Formação

Docente Interdisciplinar

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a criança

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Sentidos do empreendedorismo na economia
- Figura 2. As causas do fracasso nos negócios para Chiavenatto (2012)
- Figura 3. Quadro comparativo entre ser empregado ou empreendedor, para Chiavenatto (2012)
- Figura 4: A Pedagogia Empreendedora no Estado do Paraná de 2002 a 2004
- Figura 5. A Pedagogia Empreendedora e seu processo de aprendizagem
- Figura 6. Os elementos que constituem a mercadoria
- Figura 7. Processo de produção de mercadorias e Processo de produção de Capital
- Figura 8. Nível do desenvolvimento das forças produtivas
- Figura 9. Taxa de desemprego (Distrito Federal) – Regiões administrativas
- Figura 10. Número de ocupados (Distrito Federal) – setores atividades econômicas
- Figura 11. Taxas empreendedores: razões para iniciar um negócio
- Figura 12. Taxas empreendedores: estágios e atividades econômicas
- Figura 13. Taxa de descontinuidade (encerramento) de negócios
- Figura 14. Taxa empreendedores – renda familiar
- Figura 15. Demonstrativo de empresas abertas e empresas fechadas (2013-2023)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. EMPREENDEDORISMO: ACEPÇÕES E INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
2.1. EMPREENDEDORISMO: ORIGENS E SENTIDOS .....	20
2.2. EMPREENDEDORISMO NAS LEGISLAÇÕES E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO .....	27
2.3. A PROPAGAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	34
2.4. PESQUISAS SOBRE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO .....	40
<b>3. A LÓGICA DO CAPITAL NA OBRA MARXIANA: FUNDAMENTOS PARA APREENSÃO DO EMPREENDEDORISMO .....</b>	<b>47</b>
3.1. OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DO VALOR A PARTIR DO REFERENCIAL MARXIANO.....	47
3.2. A IMPORTÂNCIA DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO E SEU VALOR .....	55
3.3. A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA .....	60
<b>4. O EMPREENDEDORISMO SOB O CAPITAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA .....</b>	<b>66</b>
4.1. A CLASSE TRABALHADORA E A ALTERNATIVA DO EMPREENDEDORISMO .....	66
4.2. PROBLEMATIZANDO O EMPREENDEDORISMO À LUZ DE EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS .....	71
4.3. EMPREENDEDORISMO COMO COMPONENTE EDUCATIVO: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL? .....	82
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Antes de apresentarmos o objeto desta pesquisa, acreditamos ser necessário discorrer sobre o percurso para se chegar até ele, um processo que se deu como parte da nossa formação enquanto pesquisadora. Desde a graduação em Pedagogia, que concluímos na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *Campus* de Paranavaí, participamos de Projetos de Iniciação Científica (PIC), com os quais foi possível nos aproximar da escrita científica, bem como dos estudos fundamentados em uma determinada abordagem teórica. Isso devido ao fato também de ter ingressado nos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital (GEPTESC). Nele é discutida a obra *O Capital*, de Karl Marx (1818-1883), desde 2017.

O primeiro Projeto de Iniciação Científica (PIC) desenvolvido, financiado com bolsa da Fundação Araucária (FA) do Paraná, objetivou analisar a questão da dualidade no Ensino Médio brasileiro e suas políticas educacionais, abarcando o período da década de 1990 em diante, considerando sua vinculação à sociabilidade do capital. Ao longo do processo de desenvolvimento desse trabalho, notamos a necessidade de avançar na análise dos aspectos pedagógicos e políticos, devido ao fato de as questões educacionais serem parte integrante de uma totalidade social, regida e amparada a partir de uma relação de produção capitalista.

Desse modo concebemos e problematizamos, nessa pesquisa inicial, a questão da dualidade escolar, discutindo que a escola, na realidade, não se apresenta como dual, mas sim com uma heterogeneidade e diversidade de percursos formativos. Além disso, constatamos que esse processo é produto de condições sociais estruturantes, resultado de uma sociedade dividida em classes sociais e assentada na propriedade privada. Essas conclusões resultaram de nossas primeiras leituras na linha do materialismo histórico, a partir de uma aproximação inicial com autores clássicos que, dentro das limitações teóricas enquanto graduanda, viabilizou tais discussões.

Nesse sentido, foram identificadas as transformações capitalistas e a relação entre trabalho e capital, verificando suas consequências para a formação humana. Estas discussões oportunizaram o aprofundamento para um segundo PIC, parcialmente financiado pela FA, no qual buscamos abordar a análise das determinações do capital mundial para a educação brasileira, especialmente no Ensino Médio, dando destaque ao receituário difundido pelas Conferências Educacionais Mundiais.

Nesse trabalho foi possível observar que o projeto educacional brasileiro não é autônomo ou vinculado apenas a um determinado governo, mas se trata de um produto das

necessidades do atual estágio mundializado do capital. Verificou-se assim a articulação entre a atual reforma do Ensino Médio e o projeto educacional global para a classe trabalhadora.

Em conformidade com esses entendimentos e na busca pelo maior aprofundamento teórico no campo da relação entre trabalho e educação, em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizamos uma análise de objetivos da educação, a partir das categorias marxianas presentes na obra *O Capital*.

No TCC, o intuito da pesquisa foi compreender o trato dado à categoria trabalho na Declaração de Incheon, de 2015, no que tange à formação dos jovens, atrelando-a à atual Reforma do Ensino Médio brasileiro e à lógica do modo de produção capitalista. Certamente esse trabalho foi resultante dos projetos de iniciação científica desenvolvidos ao longo da graduação, bem como da inserção nas leituras e discussões do GEPTESC, com o qual obtivemos contato com essa obra e as categorias analíticas mais maduras de Marx, subsidiando a análise das questões educacionais.

Como o foco das pesquisas desenvolvidas foram questões relativas à educação de nível médio – relação trabalho e educação, fez-se perceber, especialmente nos dois últimos trabalhos, a partir da análise dos documentos resultantes de eventos de ordem mundial, que os objetivos atuais para a educação dos jovens dos países em geral estão consubstanciados também nos princípios do empreendedorismo.

No documento resultante da Conferência de Incheon de 2015, por exemplo, o objetivo difundido foi que se buscava: “Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (UNESCO, 2015, p. 7). No Brasil essa orientação para o empreendedorismo foi adotada pela Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415 de 2017 (BRASIL, 2017), cujas diretrizes estenderam-se para o país.

Considerando a especificidade do estado do Paraná, isso resultou na Deliberação CEE/PR nº 04/2021, que institui as *Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná* (PARANÁ, 2021). Essas diretrizes tiveram como foco questões relativas ao empreendedorismo, o que se destacou como um dos objetivos para a formação de nível médio, exigindo compreendermos seus fundamentos. A inquietação que se coloca para nós é se a consideração do empreendedorismo como um princípio educativo é uma alternativa possível no interior da nossa sociabilidade.

Em nossa revisão teórica inicial localizamos algumas pesquisas críticas ao empreendedorismo na educação, no entanto, entre aquelas tidas como materialistas, a obra *O*

*Capital* é a menos utilizada enquanto referencial teórico. Por isso, temos como foco deste trabalho retomar as categorias analíticas da obra da maturidade de Marx (1985), *O Capital*, explorando especialmente os fundamentos da teoria do valor das mercadorias, o que nos permite desvelar aspectos da lógica interna de funcionamento dessa sociabilidade, imprescindíveis para compreender e problematizar essa proposta do empreendedorismo.

Nesta pesquisa, portanto, o objetivo geral é analisar o empreendedorismo e os objetivos gerais de sua inserção na Educação Básica, considerando as categorias analíticas da obra marxiana, especialmente a partir da teoria do valor. Para alcançar esse intuito, nesta investigação adotamos uma abordagem qualitativa, amparada em uma revisão bibliográfica e documental, e tomamos o percurso teórico-metodológico do materialismo histórico. A obra *O Capital*, de Karl Marx (1818-1883), constitui a base de nossa pesquisa, pois concebemos que nela estão os subsídios para desvelar o real.

Netto (2011, p. 20) afirma que, para Marx, “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto [...]”, e assim, ao apreender a essência do objeto em sua estrutura e dinamicidade, torna-se possível que o compreendamos como processo. Nesse sentido ocorre “[...] a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). Ou seja, ao se analisar um objeto ou fenômeno da realidade, busca-se compreender e representar de maneira ideal o movimento real desse objeto. Isso significa que o pesquisador procura entender as transformações, contradições e dinâmicas que ocorrem no objeto de estudo, a fim de recriar e desvelar esses processos em sua mente, por meio de sua análise teórica.

Nossa investigação adota também a perspectiva indicada por Tumolo (2020) que assegura haver, na realidade, em relação ao método adotado ao longo da obra de Marx, dois métodos: o método da economia política, alvo das críticas marxianas, e o método da crítica da economia política ou método de Marx. A crítica do autor alemão se refere à insuficiência do método empregado pelos teóricos clássicos.

Resumidamente, ele sugere que esse tem sido o caminho feito pela Economia Política, quer dizer, ela parte da população, e, em sua análise, consegue descobrir certo número de relações gerais abstratas, mas se perde nelas, e, por isso, não consegue atingir sua apreensão. Sendo assim, como contraponto, ele apresenta seu método. Deve-se partir da população, fazer as abstrações necessárias e, principalmente, encontrar as devidas determinações até chegar à determinação mais simples. Essa determinação mais simples é a mercadoria, mas isso ainda não estava claro para ele quando escreveu *O método da Economia Política* (MARX, 1974a), e só ficará evidente no *Para a crítica da*

*Economia Política* (MARX, 1974c), de 1859, e no livro primeiro de *O Capital* (MARX, 1983), publicado em 1867 (TUMOLO, 2020, p. 3).

Dessa forma, o que o autor supracitado denomina de método de Marx apresenta dois caminhos para investigação, que são os caminhos de “ida” e de “volta”: o primeiro percurso metodológico tem como ponto de partida a análise do “concreto idealizado” – a população –, inicia-se com ela e, por meio de relações abstratas e encadeamentos necessários, se chega na análise da determinação mais simples – a mercadoria; já o caminho de volta faz o movimento inverso, parte da determinação mais simples – a mercadoria, e também por meio de abstrações e encadeamentos categoriais chega-se à análise do concreto pensado – a população. Logo, a mercadoria é ao mesmo tempo “ponto final” do processo de “ida” e “ponto de partida” do processo de “volta”; sendo que o intuito das abstrações realizadas por meio do “concreto idealizado” foi realizar um “encadeamento de determinações” categoriais (TUMOLO, 2020). A compreensão da população exige, portanto, o desvelamento de suas determinações mais simples, a fim de se atingir posteriormente o concreto pensado. Só depois de um longo percurso metodológico é que Marx desvelou a determinação mais simples: a mercadoria, elemento que acabou por ser seu ponto de partida na exposição categorial que nos apresenta na obra *O Capital*.

Marx gastou muito tempo de estudo para conseguir desvendar tal encadeamento, que poderia ser apresentado, muito resumidamente, assim: não é possível compreender a população que produz sua existência no capitalismo se não se entendem as classes sociais que o compõe; não se pode captar as classes sociais se não se compreende o capital; o capital só pode ser apreendido se se conhece a relação de exploração especificamente capitalista; esta é incompreensível se não se entende a mais-valia, cujo entendimento exige a compreensão do dinheiro e do valor, que por sua vez pressupõe a apreensão da... mercadoria (TUMOLO, 2020, p. 4).

Embora o exposto aqui seja uma análise insuficiente acerca do método de Marx, procuramos evidenciar que, para ocorrer a apreensão da “população historicamente determinada pela forma capitalista”, requer-se, no mínimo, a compreensão do encadeamento das múltiplas determinações, da complexidade categorial proposta em sua obra: mercadoria, valor, dinheiro, força de trabalho, mais-valia ... etc. “Ou seja, a apreensão da população em sua totalidade histórica só pode ser atingida percorrendo exatamente o mesmo caminho traçado por Marx em vinte e três capítulos do primeiro livro de *O Capital*” (TUMOLO, 2020, p. 6), uma vez que “O método de Marx pressupõe, necessariamente, *O Capital*; mais que isso, ele está fundido no método” (TUMOLO, 2020, p. 15).

Acreditamos, portanto, que para a apreensão dos objetivos e do sentido da proposta educacional do empreendedorismo para as juventudes da classe trabalhadora, é de fundamental importância estabelecer sua articulação com as condições determinadas pelo modo de produção capitalista. Para isso priorizamos a obra de Marx (1985) e também as contribuições de autores que realizam a análise do capital e dessa sociabilidade, como Tumolo (2020), Oliveira (2021), Tumolo e Tumolo (2019), dentre outros.

Esse é o referencial teórico que subsidia nossa pesquisa, que está dividida em três partes fundamentais. Buscamos em um primeiro momento discorrer sobre o empreendedorismo, suas origens e sentidos, explorando o trato dado a este termo de um modo geral, em especial nas pesquisas educacionais. Na sequência discutimos as legislações e diretrizes para a educação, verificando a inserção do empreendedorismo no âmbito educacional.

Com o intuito de subsidiar e adensar a nossa análise, retomamos então as categorias analíticas da obra da maturidade de Marx (1985), *O Capital*, explorando especialmente os fundamentos da teoria do valor das mercadorias, a importância da mercadoria força de trabalho e seu valor; bem como a especificidades do trabalho sob a égide capitalista. Consideramos que isso nos permite desvelar aspectos da lógica interna de funcionamento dessa sociabilidade, imprescindíveis para desvelar e problematizar a proposta do empreendedorismo.

Por fim, na última etapa deste estudo discutimos as condições materiais que determinam a situação da classe trabalhadora na relação social do capital, a fim de identificar o real sentido da proposta do empreendedorismo na sua formação. Trouxemos para isso algumas evidências empíricas, com dados numéricos acerca da prática do empreendedorismo no Brasil, para então o problematizarmos enquanto componente educativo, tendo como base o referencial marxiano.

Buscamos assim estabelecer a vinculação entre as condições reais de trabalho sob essa sociabilidade e o significado do educar a classe trabalhadora para o empreendedorismo, desvelando, a partir das categorias marxianas, a sua fragilidade mediante as determinações concretas das relações sociais capitalistas.

## 2. EMPREENDEDORISMO: ACEPÇÕES E INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo nosso intuito é apresentar inicialmente a discussão e análise das origens e sentidos que o empreendedorismo assumiu, buscando identificar como ele vem sendo tratado na produção acadêmica. Na sequência, verificamos o percurso mundial que resultou em sua implementação nas legislações e diretrizes para educação brasileira, desvelando como tem se dado a inserção do empreendedorismo no âmbito educacional, bem como o trato dado a esse termo nesse campo de estudos.

### 2.1 EMPREENDEDORISMO: ORIGENS E SENTIDOS

O empreendedorismo tem sua origem no âmbito da economia. Chiavenato<sup>1</sup> (2012), traz alguns nomes de economistas para discorrer sobre a história e origem do empreendedorismo, que abaixo sintetizamos na Figura 1.

**Figura 1. Sentidos do empreendedorismo na economia**

<b>Economista:</b> Richard Cantillon (1680-1734)	Em 1725, foi o primeiro a utilizar ao termo “empreendedor”, e o concebeu como <b>aquele que assume riscos.</b>
<b>Economista:</b> Jean-Baptiste Say (1767-1832)	Em 1814, referiu-se como o <b>indivíduo</b> que passa recursos econômicos de <b>um setor de produtividade baixa para outro de produtividade mais alta.</b>
<b>Economista:</b> Carl Menger (1840-1921)	Em 1871, considerou como aquele que <b>antecipa necessidades futuras.</b>
<b>Economista:</b> Ludwig von Mises (1881-1973)	Em 1959, tem o empreendedor como <b>aquele que toma decisões.</b>
<b>Economista:</b> Friedrich von Hayek (1899-1992)	Em 1959, considera o empreendedorismo como um processo de <b>descoberta das condições produtivas</b> e das oportunidades de mercado por parte dos próprios atores sociais.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Chiavenato (2012, p. 6-7).

A figura 1 evidencia diferentes formas de referir-se aos termos empreendedorismo/empreendedor, demarcando tratar-se de um termo polissêmico por sua multiplicidade de sentidos. Eles convergem, entretanto, para um ponto em comum: coloca-se o

<sup>1</sup> Doutor (Ph.D) e mestre (MBA) em Administração de Empresas pela City University of Los Angeles, pós graduado em Administração de empresas pela EAESP- FGV, consultor de empresas nacionais. (Prefácio, Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor, 2012).

indivíduo como responsável por mudanças nas condições econômicas, envolvendo ações do sujeito para adequação e readequação de contextos já existentes.

Dolabela e Fillion (2013, p. 136) também compartilham dessa linha de entendimento: “Se a sociedade deve mudar devemos colocar em prática abordagens revolucionárias – e até mesmo radicais – que permitam que essa mudança aconteça”.

Quanto a uma possível definição para o termo, Chiavenato (2012, p. 3, grifos nossos) afirma que o empreendedor:

[...] não é somente um fundador de novas empresas, o construtor de novos negócios ou consolidador e impulsionador de negócios atuais. Ele é muito mais do que isso, pois proporciona a energia que move toda a economia, alavanca as mudanças e transformações, produz a dinâmica de novas ideias, **cria empregos e impulsiona talentos e competências**. Mais ainda: ele é quem fareja, localiza e rapidamente aproveita as oportunidades fortuitas que aparecem ao acaso e sem pré-aviso, antes que outros aventureiros o façam. O termo ‘empreendedor’ - do francês *entrepreneur* – significa aquele que assume riscos e começa algo inteiramente novo.

O termo empreendedor, segundo Chiavenato (2012), é assim associado à pessoa que inicia e gerencia um negócio ou empreendimento com iniciativa, criatividade e atitudes para assumir riscos, desempenhando um papel, principalmente, no âmbito da economia, pois apresenta-se como força motriz por trás da inovação, criação de empregos e desenvolvimento econômico. Na concepção do autor, empreendedor também é tido como aquele que cria empregos e como aquele que atua em iniciativas sociais, culturais e científicas, nas quais indivíduos ou grupos assumem a responsabilidade por resolver problemas e buscar novas soluções. Logo, o empreendedorismo envolve assumir a iniciativa e a responsabilidade de realizar algo significativo.

Um dos nomes de destaque nessa discussão é Dornelas (2008), que relaciona sujeitos empreendedores com as invenções e conquistas ao longo dos séculos (avião motorizado, computador, bomba atômica, entre outros exemplos), sob o argumento de que as invenções são resultantes de inovações que transformam a vida dos sujeitos. “Por trás dessas invenções, existem pessoas ou equipes com características especiais, visionárias, que questionam, arriscam, querem algo diferente, fazem acontecer e empreendem” (DORNELAS, 2008, p. 5).

Dornelas (2008, p. 22) conceitua empreendedorismo como “[...] envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades”. Ele afirma ainda que, quando se implementam essas oportunidades, isso gera a criação de negócios.

Ademais, para o autor a origem do empreendedorismo se dá como consequência do acelerado desenvolvimento tecnológico, bem como do acirramento da competitividade entre empresas, pois ela “[...] força novos empresários a adotar paradigmas diferentes” (DORNELAS, 2008, p. 9).

Além de vincular a formação para o empreendedorismo à inserção e criação das tecnologias no país e às novas invenções, Dornelas (2008) assegura que a “popularidade” do termo empreendedorismo está correlacionada ao fenômeno da “globalização”, tendo em vista o acirramento da competitividade e da necessidade de estabilização da economia, para manter-se no “mercado”.

O termo empreendedorismo assume ainda outras conotações, sendo que ele chega inclusive a ser identificado com uma doutrina ou teoria.

A palavra ‘empreender’ vem do latim *imprehendere*, que significa prender nas mãos, assumir, fazer. Daí derivam as palavras ‘empreendedor’ e ‘empreendedorismo’, dentre outras. A primeira, com o sufixo ‘or’, designa o agente, indivíduo que, no caso, empreende. Ou seja, empreendedor é aquele que assume a realização de uma determinada tarefa e, na sociedade capitalista, passou a designar um tipo de empresário, de quem se pode dizer que possui iniciativa e criatividade para correr os riscos de iniciar e efetivar uma determinada atividade produtiva. Já a palavra empreendedorismo, tendo o sufixo ‘ismo’, diz respeito a uma doutrina, escola ou teoria. Sendo assim, trata-se do princípio, doutrina ou teoria característica da ação de pessoas que possuem iniciativa de começar algo potencialmente arriscado (SOUZA, 2012, p. 79).

Dessa forma, para a autora supracitada, na sociedade capitalista o empreendedor é um termo para definir um empresário que possui criatividade ao assumir uma “atividade produtiva”; já o termo empreendedorismo faz alusão a uma “teoria”, com princípios próprios. Ela também indica que até recentemente, na literatura da área empresarial, a ação empreendedora dizia respeito apenas à figura do empresário ou executivo, mas na atualidade “[...] há uma mudança nessa literatura [...]”, e por isso alega que, agora, “[...] a postura empreendedora deve ser incorporada pelo conjunto da população e ensinada na escola” (SOUZA, 2012, p. 79).

Outro autor que contribui no debate é Souza (2006, p. 31, grifos nossos), que por sua vez define empreendedorismo como sendo um termo:

[...] para designar uma área de grande abrangência, que trata de campos como o empreendimento de novos negócios (**criação de empresas**), o empreendedorismo comunitário (**as comunidades empreendedoras**), o empreendedor/trabalhador independente (**geração do auto-emprego**), o intra-empreendedor (**empregado empreendedor**), bem como de políticas

públicas que objetivam a formação de empreendedores e o desenvolvimento e financiamento de empreendimentos.

Souza (2006, p. 34) discorre que o empreendedorismo é tido como uma solução em nome da “prosperidade” e sucesso no âmbito da economia; isso porque, segundo o autor, há um entendimento de que assim se impulsiona a atividade econômica e isso também se mostra como uma possibilidade “[...] para a crescente desocupação da força de trabalho, pois o momento atual é propício para o trabalhador, em especial, para o jovem trabalhador, libertar todo o seu potencial empreendedor, na criação de novos negócios”.

Ele afirma haver um consenso entre pesquisadores acerca do tema empreendedorismo, como “Dolabela (1999a), Filion (2000) e Dornelas (2001)”, pois para eles “[...] a conotação do que venha a ser o empreendedor adquiriu um novo significado com a publicação da obra Teoria do Desenvolvimento Econômico, de 1942, do economista austríaco Joseph Schumpeter” (SOUZA, 2006, p. 27).

Segundo Furtado (1968, p. 45, grifos nossos), Schumpeter considera que a “[...] ação criadora do empresário tenda a transformar o processo produtivo. É, portanto, **na ação criadora do empresário que está o motor do progresso econômico**”, e ainda afirma que é por meio da inserção de inovações no processo de produtivo que a ação criadora se concretiza.

Furtado (1968, p. 46) assegura que “[...] a teoria de Schumpeter é, acima de tudo, uma teoria do lucro”, tendo em vista que, em sua análise, Schumpeter considera que o desenvolvimento econômico não se limita ao crescimento da economia e das riquezas, enfatizando que as inovações não se limitam apenas a melhorias incrementais, mas também incluem inovações que alteram radicalmente os mercados e as indústrias. Além disso, Schumpeter introduziu o conceito de "destruição criativa" para descrever como as inovações podem deslocar as estruturas econômicas existentes: novas empresas, produtos ou tecnologias podem "destruir" os antigos modelos de negócios enquanto criam oportunidades para os empresários (FURTADO, 1968).

Nessa mesma linha de raciocínio, Chiavenato (2012, p.7) elenca três características básicas que caracterizam o “espírito empreendedor”: necessidade de realização, disposição para assumir riscos e autoconfiança; uma vez que considera a ação empreendedora como sendo uma atividade que impulsiona à “[...] destruição criativa nos mercados e indústrias, criando, simultaneamente, novos produtos e modelos de negócios”. O autor cita o termo “destruição criativa” com o mesmo sentido já mencionado por Schumpeter, embora não faça referência à sua contribuição.

Dessa forma, para o autor supracitado, empreendedorismo está intimamente relacionado à criação de negócios, por isso se define como sendo “[...] uma atividade baseada no esforço organizado de determinadas pessoas para produzir bens e serviços a fim de vendê-los em um determinado mercado e alcançar recompensa financeira pelo seu esforço” (CHIAVENATO, 2012, p. 32). Salientamos que o negócio, no entendimento do autor, refere-se a uma atividade que engloba produção e venda de produtos ou serviços que “[...] satisfaçam necessidades e desejos da sociedade”.

Chiavenato (2012) diferencia então os bens e os produtos: bens de produção estão relacionados a máquinas, prensas, matérias-primas etc.; e bens de consumo seriam produtos alimentícios, eletrodomésticos, vestuários, livros etc. Ele também cita os serviços, dando como exemplos os cinemas, lojas, hospitais, escolas, restaurantes etc. Diante disso, conclui que:

Negociar significa basicamente comprar e vender algo a alguém. E, sem dúvida, produzir esse algo e agregar valor no meio dessas duas pontas. Todo negócio envolve necessariamente **o ato de produzir ou vender um produto ou de prestar um serviço especializado e definido**. Um produto é um bem concreto **ou uma mercadoria: algo que se pode pegar, ver e apalpar**. Pode ser destinado ao consumo (bens de consumo) ou à produção de outros bens (bens de produção). (CHIAVENATO, 2012, p. 33, grifos nossos).

Para o autor, portanto, o termo “negócios” envolve processos de compra e venda de produtos/serviços, e o produto pode ser definido como mercadoria. Ademais, ao falar que o empreendedor deve assumir riscos, está se referindo à consciência de que há a possibilidade de perda. “Os riscos que podem provocar perdas incluem obsolescência do produto ou do serviço, disputas trabalhistas, administração incompetente, forças extraordinárias (como fogo, inundações, etc.) e **difículdade em competir vantajosamente**” (CHIAVENATO, 2012, p. 37, grifos nossos).

Nesse sentido o autor elenca, na Figura 2 a seguir, os principais fatores que levam ao insucesso dos aspirantes a empresários. Destacamos os fatores econômicos indicados pelo autor: lucros insuficientes (lucros como fator crucial) e mercado consumidor restrito, o que, para o autor, significa que o risco de o negócio não dar certo pode estar atrelado a fazer algo já existente no mercado. Sendo assim, “[...] é preciso fugir de oceanos vermelhos onde o mercado está saturado de concorrentes que se digladiam ferozmente para conquistar clientes e dominar a situação” (CHIAVENATO, 2012, p. 20), pois o importante é que o empreendedor não seja mais um concorrente na briga pelos mesmos clientes. Sendo assim, na concepção do autor, fugir da concorrência é uma alternativa possível, sendo crucial a criatividade do empreendedor.

**Figura 2. As causas do fracasso nos negócios para Chiavenatto (2012)**

**Tabela 1.2.** As causas mais comuns de insucesso nos negócios.<sup>22</sup>

Fatores econômicos – 72%	Lucros insuficientes
	Juros elevados
	Perda de mercado
	Mercado consumidor restrito
	Nenhuma viabilidade futura
Inexperiência – 20%	Incompetência do empreendedor
	Falta de experiência de campo
	Falta de experiência gerencial
	Experiência desequilibrada
Vendas insuficientes – 11%	Mercado parado
	Recessão econômica
	Vendas insuficientes
	Dificuldades de estoque
	Localização inadequada
Despesas excessivas – 8%	Dívidas e cargas demasiadas
	Despesas operacionais elevadas
Outras causas – 3%	Negligência
	Capital insuficiente
	Clientes insatisfeitos
	Fraudes
	Ativos insuficientes

Fonte: Chiavenatto (2012, p. 19).

Já na Figura 3, reproduzida na página a seguir, Chiavenatto (2012) expõe um quadro comparativo em relação às vantagens de ser um empreendedor, perante a condição de ser um empregado. Ele elenca as “Vantagens de ser funcionário”, em uma análise comparativa em relação às “Vantagens de ser Empreendedor”. Percebemos em sua análise que ele toma o empreendedor como estando em uma situação vantajosa por se tratar de uma função exercida por si próprio e que, conseqüentemente, o torna “livre” na tomada das decisões necessárias, havendo assim uma valorização da individualidade.

Por exemplo, como vantagem de ser funcionário o autor cita que o local de trabalho paga para os seus funcionários benefícios sociais, tem um salário mensal, possui uma seguridade; em contraposição, no caso do empreendedor, o autor afirma que o mesmo “satisfaz sua realização pessoal”, “não precisa seguir ordens alheias” e “escolhe os caminhos a seguir”. A vinculação do empreendedorismo com a liberdade individual e com a economia fica evidente nesses autores, mesmo com algumas distinções na sua compreensão.

**Figura 3. Quadro comparativo entre ser empregado ou empreendedor, para Chiavenatto (2012)**

**Tabela 2.1.** As vantagens de ser funcionário e de ser empreendedor.

Vantagens de ser empregado de alguma empresa	Vantagens de ser dono do próprio negócio
Você não corre risco financeiro	Você é empreendedor da própria atividade, é o dono da bola
Você tem um salário mensal	Você não precisa seguir ordens alheias
Você goza de relativa proteção e segurança do empregador	Você faz o que acha que deve ser feito, ou seja, escolhe os caminhos a seguir
As decisões estratégicas são tomadas pelos dirigentes da empresa	Você toma as decisões estratégicas
Você não precisa se preocupar com os negócios da empresa	Você pode ter um progresso financeiro muito maior (ou muito menor)
Você tem férias garantidas	Você constrói algo totalmente seu
Você tem benefícios sociais pagos pela empresa	Você satisfaz sua realização pessoal
Você pode aspirar a uma carreira dentro da organização	Você satisfaz seu espírito empreendedor
Você pode aspirar a uma participação nos resultados	Você é o "cabeça" do negócio
Você não precisa quebrar a cabeça com soluções de problemas	

Fonte: Chiavenatto (2012, p. 32).

Em nossa acepção, para iniciarmos a discussão sobre empreendedorismo, especificamente sua inserção na educação, é preciso analisarmos seu significado. Pelo que foi até aqui exposto, podemos inferir que não se trata de uma categoria analítica, não havendo um conceito único difundido em suas origens e interpretações. É sabido que o mesmo tem sua origem no âmbito da economia e administração, embora sua incorporação não tenha se dado de forma homogênea.

O movimento que levou à sua inserção na educação é que necessita ser identificado, por isso, buscamos a seguir retomar as diferentes formas com que o empreendedorismo adentrou nas políticas educacionais, partindo de um estudo dos documentos oficiais.

## 2.2 EMPREENDEDORISMO NAS LEGISLAÇÕES E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO

A inserção mundial do empreendedorismo na educação tem sido discutida em várias conferências e fóruns internacionais ao longo dos anos. Ele tem sido apresentado, nesses momentos, como um meio de “estimular o crescimento econômico”, “a inovação”, “a criação de empregos” e o “desenvolvimento sustentável em muitos países”. Para isso, um dos pilares fundamentais dessas discussões tem sido a urgência de se promover o empreendedorismo por meio da educação.

Sendo assim, se faz necessário compreender a educação brasileira como parte da educação mundial, tendo em vista que as legislações brasileiras para o âmbito educacional têm se amparado nas orientações e ditames de organismos mundiais, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Para essa compreensão, estabelecemos um recorte temporal e identificamos as discussões acerca das Conferências Mundiais para a Educação, iniciadas na década de 1990, com as quais houve significativas alterações nas políticas educacionais.

Já no início da década de 1990 ocorreu a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), que foi organizada e financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Banco Mundial (BM). Segundo Evangelista, Moraes e Shiroma (2011), o evento propagou que seu principal objetivo era garantir uma Educação Básica de qualidade a crianças, jovens e adultos. No documento resultante do evento, *Declaração Mundial de Educação para todos*, “[...] os nove países com maior taxa de analfabetismo do mundo (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão), conhecidos como ‘E 9’, foram levados a desencadear ações para consolidação dos princípios acordados” (EVANGELISTA; MORAES; SHIROMA, 2011, p. 48).

Entre seus objetivos, organizados em artigos, estão “[...] universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer alianças” (UNESCO, 1990, *online*). Embora esse documento não se refira explicitamente ao termo empreendedorismo, resgatamos alguns trechos de seu conteúdo, por trazerem alguns elementos que subsidiariam a sua futura inserção na educação.

Como exemplo citamos o Artigo 7º, que imputa às políticas nacionais públicas a tarefa de “fortalecer alianças”, mesmo que se tenha como responsáveis pela obrigatoriedade da Educação Básica os órgãos de níveis nacional, estadual e municipal. Nesse sentido o documento

ênfatiza que não se deve “[...] esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa” (UNESCO, 1990, *online*).

Demarca-se dessa forma a “necessidade” da participação de entidades econômicas e sociais nos direcionamentos para a educação, com parcerias público-privadas, “[...] entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias” (UNESCO, 1990, *online*). Isso seria um instrumento para “alcance” dos objetivos propostos no documento.

Além disso a Declaração, em seu Artigo 10º, discorre sobre “Fortalecer solidariedade internacional”, indicando o que é preciso realizar para isso.

Este esforço implicará, necessariamente, a adoção de medidas que aumentem os orçamentos nacionais dos países mais pobres, ou ajudem a aliviar o fardo das pesadas dívidas que os afligem. Credores e devedores devem procurar fórmulas inovadoras e equitativas para reduzir este fardo, uma vez que a capacidade de muitos países em desenvolvimento de responder efetivamente à educação e a outras necessidades básicas será extremamente ampliada ao se resolver o problema da dívida (UNESCO, 1990, *online*).

Observa-se uma conexão entre as condicionalidades orçamentárias impostas por países centrais a países “mais pobres”, e as políticas de ajuste estrutural. No que diz respeito a isso, Soares (2000) afirma que, na década de 1980, o BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI) iniciaram a aplicação de programas visando à estabilização e ao ajuste da economia brasileira.

[...] o Banco Mundial passou a impor uma série de condicionalidades para a concessão de novos empréstimos. Mediante essas condicionalidades, o Banco Mundial (tal como o FMI) passou a intervir diretamente na formulação da política interna e a influenciar a própria legislação dos países. Assim, a partir dos anos 80, mudou profundamente o caráter da relação entre o Banco Mundial e os países em desenvolvimento tomadores de empréstimos (SOARES, 2000, p. 21).

Sendo assim, a imposição de exigências pelo BM juntamente com a sua intervenção direta na formulação das políticas internas e na influência sobre a legislação dos países tomadores de empréstimos, representaram uma transformação significativa na dinâmica da relação entre o BM e os países devedores a partir da década de 1980.

Essa mudança teve implicações significativas, uma vez que os “países em desenvolvimento” – conforme a autora supracitada os denomina –, passaram a ter menos autonomia na determinação de suas políticas econômicas e sociais; e passaram a adotar políticas que atendessem aos critérios e interesses do BM. Portanto, a imposição de condicionalidades e a influência desse organismo econômico na legislação dos países introduziram uma nova

dinâmica nas relações financeiras internacionais, com implicações duradouras para os países em questão.

No que diz respeito às proposições mais específicas do BM para a educação, em 1996 houve a publicação do documento “*Prioridades y estrategias para la educacion: examen del Banco Mundial*”:

La educacion es crucial para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza. La evolución de la tecnología y las reformas económicas están provocando cambios extraordinarios en la estructura de las economías, las industrias y los mercados de trabajo de todo el mundo. El rápido aumento de los conocimientos y el ritmo de cambio de la tecnología plantean la posibilidad de lograr un crecimiento económico sostenido con cambios de empleo más frecuentes durante la vida de las personas. Esas circunstancias han determinado dos prioridades fundamentales para la educación: ésta debe atender a la creciente demanda por parte de las economías de trabajadores adaptables capaces de adquirir sin dificultad nuevos conocimientos y debe contribuir a la constante expansión del saber (BANCO MUNDIAL, 1996, p.1).

No documento em questão a agência econômica sugere que a “redução da pobreza e o crescimento econômico” se deem por meio da educação, e que ela deve atender às demandas econômicas, formando trabalhadores flexíveis, capazes de adquirir novos conhecimentos sem dificuldades, contribuindo para a constante expansão do saber. Isso porque, segundo o documento, a evolução tecnológica e as reformas econômicas alteram a estrutura da economia e, conseqüentemente, a organização do trabalho.

Nessa mesma direção temos a publicação do documento *Educación: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, de 1999, tendo Jacques Delors como descritor. Ele afirma que: “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele” (DELORS, 1999, p. 89). Assim, o autor propõe que:

Para poder dar resposta ao conjunto das suas **missões**, a educação deve organizar-se em torno de **quatro aprendizagens fundamentais** que, **ao longo de toda a vida**, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer**, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, para poder agir sobre o meio envolvente; **aprender a viver juntos**, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente **aprender a ser**, via essencial que integra as três precedentes (DELORS, 1999, p. 89, grifos nossos).

Destacam-se na citação acima alguns aspectos importantes que salientamos: o fato de a educação ser reduzida apenas ao processo de aprendizagem; o uso do termo “missões” para denominar os seus objetivos; a menção às aprendizagens “ao longo de toda a vida”; e a ênfase no conhecimento prático. Além disso, novamente, o aspecto adaptativo é reafirmado como objetivo proposto para a formação educacional. Dada a realidade vivida, o que se pretende é que os indivíduos tenham uma formação voltada para serem capazes de se adaptarem às infinitas alterações que poderão ocorrer em sua vida em sociedade.

Já em 2004, com a publicação de mais um documento resultante do Movimento Educação para Todos, o “*Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe* (PRELAC), escrito novamente com a intervenção da UNESCO, propõe-se um novo pilar para a aprendizagem educacional: **aprender a empreender**. Esse objetivo é assim descrito:

Implica contribuir para discernir qual é o sentido da educação num mundo de incerteza e mudança. É preciso agregar, às aptidões que oferece a educação atual, abordagens para o exercício da cidadania e para a construção de uma cultura de paz. Os quatro pilares de aprendizagem do Informe Delors são um guia excelente para interrogar-se sobre os sentidos da educação; aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos. O PRELAC explicita, por sua importância, um pilar adicional: **aprender a empreender** (UNESCO, 2004, p. 9, grifos nossos).

Assim, “aprender a empreender”, apresentado como um quinto pilar para a aprendizagem mundial, demarca que a discussão do empreendedorismo e a sua inserção no âmbito da educação já vem sendo construída ao longo dos anos, e que foi sendo gradativamente definida por entidades econômicas de ordem mundial. Em torno de sua discussão enfatiza-se o processo de aprendizagem e seguem-se os postulados de uma formação adaptativa para a educação dos indivíduos, conforme se explicita na perspectiva adotada no documento: “A nova economia e a constante adaptabilidade se transformam em sinônimos cada vez mais próximos” (UNESCO, 2004, p. 30).

No Brasil, em 6 de setembro de 2010, foi discutido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) o Parecer CNE/CEB nº 13, no qual foi debatida a inclusão do “empreendedorismo” como “disciplina” no currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Profissional e da Educação Superior. Entretanto, com a aprovação da câmara pelo voto do relator, naquele momento isso não foi acatado.

À vista do exposto, nos termos deste Parecer, somos **contrários à criação da disciplina Empreendedorismo** e, a título de orientação, **sugerimos que o tema empreendedorismo** seja adotado nas escolas de Ensino Médio **como tema transversal** e que o assunto seja desenvolvido na **forma de projetos**

realizados com a participação das várias disciplinas convencionais (BRASIL, 2010, p. 6, grifos nossos).

Salientamos o fato de que, embora a decisão tenha sido contrária à criação de uma disciplina especificamente destinada ao empreendedorismo, no documento afirma-se que, em formato de tema transversal, ele pode ocupar maior espaço nas discussões no interior das escolas. “Por tratarem de questões abrangentes, os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los” (BRASIL, 2010, p. 5). Portanto, conforme o exposto no documento, o empreendedorismo não deve ser abordado como mais uma disciplina a parte, mas sim como parte das discussões das diferentes áreas de conhecimentos e em sua amplitude de conteúdo.

No site oficial o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) tem disponível uma versão preliminar do documento intitulado *Educação Econômica e Empreendedorismo na Educação Pública: Promovendo o Protagonismo Infanto-Juvenil*, o qual discorre sobre a educação empreendedora na Educação Básica.

De certa maneira e, durante muito tempo, o termo empreendedorismo sempre esteve associado à criação de um negócio. Contudo, seu significado transcende os aspectos econômicos expandindo-se aos fenômenos sociais. Em suma, o empreendedorismo não se restringe, exclusivamente, ao ato de ganhar dinheiro por meio de exploração de uma atividade econômica. Ele se constitui, sobretudo, de um posicionamento diferenciado frente aos desafios do contexto social. Trata-se de encontrar soluções criativas, inventivas e sustentáveis para garantir novas e melhores formas de vida. Embora o empreendedorismo apresente inúmeras vertentes, o empreendedor possui características próprias, independentemente da área em que empreenda. O empreendedor se caracteriza, em qualquer área, pelo **ato de sonhar e pela busca constante, a fim de transformar seu sonho em realidade** (BRASIL, s/d, p. 4, grifos do autor).

Destacamos na afirmação acima o fato de que o documento assegura que o empreendedorismo possui “inúmeras vertentes”, demarcando assim sua polissemia, bem como a ênfase dada ao “ato de sonhar”, identificado como uma característica do sujeito empreendedor. O documento ainda assevera que o empreendedorismo não se resume à criação de um negócio ou à “exploração de uma atividade econômica”, visto que, conforme está descrito, ele refere-se um diferencial frente aos desafios da realidade. “O empreendedorismo é um fenômeno cultural” (BRASIL, s/d, p. 8).

Em síntese, considera-se o ato de sonhar e a criação de negócios como especificidades do empreendedorismo, que é tratado como um fenômeno cultural. Isto significa que, além de ser um termo polissêmico, a Educação Básica o incorpora com a sua multiplicidade de sentidos,

não convergindo para um único ponto comum. Nessas condições o MEC fundamenta suas diretrizes e normativas para a educação empreendedora almejada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (**LDB**) quer uma escola democrática e participativa, autônoma e responsável, flexível e comprometida, atualizada e inovadora, humana e holística. Esses princípios contidos nos seus artigos vão encontrar concordância com os princípios norteadores do empreendedorismo. Tanto as definições iniciais como as atualizadas do empreendedorismo exigem do empreendedor comportamento quanto os definidos pela LDB. Conclui-se que a LDB quer uma **escola empreendedora** (BRASIL, s/d, p. 11, grifos do autor).

Ademais, no documento supracitado faz-se menção à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, afirmando que os pressupostos contidos ao longo de seus objetivos apresentam conformidade com os princípios do empreendedorismo. “Sonhamos com uma educação que promova a criatividade e a organização social, oferecendo formação aos estudantes, para que eles possam criar outros modos de gerar renda e gerenciar os recursos do planeta de maneira solidária e sustentável” (BRASIL, s/d, p. 16).

Os encontros de escala global têm se tornado cada vez mais frequentes e, em 2015, durante o Fórum Mundial de Educação realizado em Incheon, Coreia do Sul, foi aprovada a *Declaração de Incheon - Educação 2030*. Essa declaração, coorganizada pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pelo BM, a partir de uma iniciativa da Unesco, renova os princípios estabelecidos pelo Movimento Educação para Todos, que teve início em 1990.

Dentre os objetivos estabelecidos, destaca-se o item 4.4, que visa "aumentar substancialmente, até 2030, o número de jovens e adultos que possuam habilidades relevantes, incluindo competências técnicas e profissionais, para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo" (UNESCO, 2015, p. 21, grifos nossos). Diante disso, é notável a inclusão do "empreendedorismo" como uma meta a ser alcançada por meio da educação de jovens e adultos, com a premissa de que "[...] os sistemas educacionais devem ser pertinentes e capazes de responder de forma ágil às mudanças nos mercados de trabalho e aos avanços tecnológicos" (UNESCO, 2015, p. 26).

Na educação brasileira esses pressupostos teórico-políticos se refletem explicitamente na Reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei nº 13.415 de 2017 (BRASIL, 2017), demonstrando um alinhamento da educação nacional com as diretrizes de ordem mundial. A Lei em questão alterou significativamente a estrutura do Ensino Médio, expandindo a carga

horária desta fase da Educação Básica e redesenhando seu currículo com base nas diferentes áreas do conhecimento.

Art. 36 . O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017, *online*).

Mantém-se como objetivo para o Ensino Médio o desenvolvimento de habilidades e competências para a vida, e no Artigo 7º definem-se princípios fundamentais para o currículo: “§ Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017).

A ênfase na aprendizagem, já mencionada desde os documentos internacionais de 1990, é novamente reiterada juntamente com os princípios de defesa de sujeitos autores no seu processo de aquisição de conhecimentos. Identifica-se aí a definição de uma formação pautada em habilidades e competências para o “empreendedorismo” – mencionado especialmente pela PRELAC e na Declaração de Incheon de 2015.

Para viabilizar a implantação da Reforma do Ensino Médio, normativas foram aprovadas. Publicou-se a Resolução nº 03, em 21 de novembro de 2018 (BRASIL, 2018), atualizando as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Na seção I do documento é discorrido acerca da estrutura curricular, e em relação a isso, faz menção ao empreendedorismo : “IV - empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao **desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias**” (BRASIL, 2018, p. 7, grifos nossos).

Os estados tiveram que reconfigurar seus sistemas de ensino para ajustarem-se às exigências da reforma nacional de 2017. No Paraná, no dia 29 de julho de 2021, foi aprovada a Deliberação CEE/PR nº 04/2021, a qual institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio (DCCEM) e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná (PARANÁ, 2021). O avanço do ideário acerca do empreendedorismo é visivelmente identificado nesse documento.

Como possibilidades metodológicas, sugere-se projetos que estimulem o desenvolvimento do empreendedorismo pessoal ou produtivo articulado ao projeto de vida de cada estudante e o fortalecimento do protagonismo em sua caminhada. É importante que se busque a ampliação da autonomia, foco e determinação como forma de aprofundar os conhecimentos associados ao mundo do trabalho, **à gestão de tomada de decisões para o empreendedorismo** [...]. (PARANÁ, 2021, p. 743, grifos nossos).

Na Deliberação nº 04/2021 destaca-se que o “Projeto de Vida é componente curricular central que se integra e articula com o itinerário formativo” (PARANÁ, 2021, p. 16). Identifica-se uma síntese do alinhamento do estado com as formulações teórico-políticas das Conferências Mundiais, destacando-se os seguintes elementos: prioridade do processo de aprendizagem; secundarização do trabalho docente; a adoção de parcerias público-privadas; uma formação de caráter utilitário, voltada à “preparação” para o empreendedorismo; e, como consequência, a difusão da concepção de que a formação do indivíduo e suas escolhas pessoais são as responsáveis pela sua trajetória.

Verificamos assim os princípios dos organismos mundiais expressos nas legislações e diretrizes para a educação brasileira, demarcado uma consonância entre a educação empreendedora e a ordem mundial. Visto isso, na sequência buscamos caracterizar como tem se dado a difusão dessa proposta na educação no país, destacando o papel do Sebrae e da chamada “Pedagogia Empreendedora” e suas especificidades.

### 2.3 A PROPAGAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nos últimos anos observamos diversas iniciativas de implantação do ensino do empreendedorismo (ou seria aprendizagem?) no Brasil, abrangendo desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Na acepção de Dolabela (1999, p. 54), o empreendedorismo é algo recente no Brasil e ele considera estar havendo uma “revolução silenciosa” iniciada na década de 1980, mais especificamente no ano de 1981, na Fundação Getúlio Vargas, na Escola de Administração de Empresas.

Em seu livro *Oficina do Empreendedor*, ele afirma que o termo “empreendedorismo” se vincula com “[...] as atividades de quem se dedica à geração de riquezas” (DOLABELA, 1999, p. 43). Riquezas estas que podem ser, na visão do autor, a elaboração de produtos ou serviços a partir dos conhecimentos do sujeito, ou “[...] geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização etc.” (DOLABELA, 1999, p. 43).

Para Dornelas (2008), por sua vez, o empreendedorismo teve seu marco no Brasil a partir da década de 1990 e ele atrela esse fato à criação de duas entidades: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Sociedade Brasileira para Exportação de Software (SOFTEX).

De acordo com Camargo (2018, p. 70): “Falar em empreendedorismo no Brasil é abordar sobre o SEBRAE, principal representante do segmento empreendedor, tanto na educação como também na formação dos profissionais, que já atuam e buscam qualificar-se para atender a essa lógica empreendedora”.

O SEBRAE (2015, p. 18) apresenta como principais princípios “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios” e “fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia nacional”, visto que o desenvolvimento dos pequenos negócios é um de seus pressupostos para a construção de um país mais justo, competitivo e sustentável.

Um dos programas criados pelo SEBRAE, que está diretamente relacionado à inserção do empreendedorismo na Educação Básica, é o *Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos* (JEPP), criado em 2012. Ele objetiva atender todo o Ensino Fundamental, disponibilizando materiais para todas as séries do Ensino Fundamental I e Fundamental II. No *site* do SEBRAE temos todos os títulos disponíveis para cada série desse nível de ensino: para o primeiro ano: “o mundo das ervas aromáticas”; no segundo ano: “temperos naturais”; no terceiro ano: “brinquedos ecológicos”; no quarto ano: “locadora de produtos”; no quinto ano: “sabores e cores”; no sexto ano: “ecopapelaria”; no sétimo ano: “artesanato sustentável”; no oitavo ano: “empreendedorismo social”; e no nono ano: “novas ideias, grandes negócios”.

A partir disso, notamos que o Programa propõe para a Educação Básica uma educação empreendedora pautada na criação de negócios. Os materiais didáticos para cada ano do Ensino Fundamental remetem à produção e venda de mercadorias específicas, sendo que os alunos deverão organizar ações em torno dos negócios a serem desenvolvidos no ambiente escolar. Essa dinâmica é preparada pelo SEBRAE, que fica responsável pela formação dos professores.

O curso disponibilizado pelo SEBRAE tem duração de 45 horas presenciais para os professores, que irão participar do programa diretamente nas escolas. Nesse curso, os professores têm acesso aos materiais e aprendem a utilizá-los com os alunos. A escolha das escolas é feita juntamente com a secretaria de educação, se a escola for pública. O SEBRAE realiza divulgação do programa juntamente às secretarias municipais e estaduais de educação das cidades; a partir disso, cada secretaria tem autonomia para aceitar ou não o programa. Quando a secretaria aceita participar do programa, os professores das escolas

escolhidas da rede recebem a formação, fornecida pelo SEBRAE, para trabalhar com todo o material didático (CAMARGO, 2018, p. 76).

No entanto, o JEPP ofertado pelo SEBRAE não foi o primeiro programa voltado para o empreendedorismo na Educação Básica. No Paraná, outra experiência foi elaborada por Fernando Dolabela<sup>2</sup>, a Pedagogia Empreendedora (PE), e implementada com o apoio do SEBRAE. Assim, “a partir de setembro de 2003, a PE foi implementada em 130 cidades do Estado do Paraná, como parte de um grande projeto de desenvolvimento local promovido pelo Sebrae-Paraná” (DOLABELA; FILION, 2013, p. 167).

Como se denota ela adquiriu bastante expressividade no estado paranaense, que foi um dos principais precursores dessa proposição e que investiu recursos significativos. A Figura 4 a seguir sinaliza dados numéricos quanto à implementação da Pedagogia Empreendedora no estado do Paraná:

#### **Figura 4: A Pedagogia Empreendedora no Estado do Paraná de 2002 a 2004**

**Tabela 3 - Implementação da PE pelo Sebrae no Estado do Paraná (2002–2004)**

Número de cidades envolvidas	130
População total das cidades envolvidas	2,257,150
Número de escolas participantes	1,566
Número de professores	6,352
Número de estudantes	173,304
Custo	US\$400,000

Fonte: Dolabela e Filion (2013, p. 171).

A Figura 4 demonstra que, dos 399 municípios pertencentes ao Estado do Paraná, em 130 cidades foi implementada a Pedagogia Empreendedora, envolvendo 1.566 escolas. Foi significativa a participação das escolas paranaenses e fica evidente como uma entidade privada (SEBRAE) promoveu e financiou um projeto, que é pautado em uma metodologia cujo princípio essencial é o “ato de sonhar”. Ela é apresentada como proposta de aprendizagem da educação pública, evidenciando um claro esvaziamento de conhecimentos teóricos.

---

<sup>2</sup> Consultor e professor da Fundação Dom Cabral, ex-professor da Universidade Federal de Minas Gerais, consultor da CNI-IEL Nacional, do CNPq, da AED (Agência de Educação para o Desenvolvimento) e de dezenas de universidades, participa com publicações nos maiores congressos nacionais e internacionais (HOELTGEBAUM, 2004, p. 127).

Dolabela é o autor do “método” de aprendizagem chamado “Pedagogia Empreendedora” e considerado um dos precursores da aprendizagem do empreendedorismo no país. O empreendedorismo é identificado por Dolabela e Fillion (2013, p. 135, grifos nossos) como “[...] uma **cultura que se expressa** através de um determinado tipo de pensamento e ação”, mas eles reconhecem que, na busca de uma conceituação de empreendedorismo, há divergências em detrimento da “[...] perspectiva e da rigidez da abordagem teórica”.

Em entrevista disponibilizada na Revista Negócios, Dolabela (HOELTGEBAUM, 2004) discorre sobre sua trajetória:

Comecei a lecionar empreendedorismo em 1992, na Universidade Federal de Minas Gerais. Já em 1993, **fui convidado pelo CNPq** a desenvolver uma metodologia dentro do programa SOFTEX, que visa a estimular a exportação de software por empresas brasileiras. O Programa SOFTEX tem duas linhas: **fortalecer as empresas de software existentes e estimular a criação de novas empresas de software a partir das escolas de ensino de informática de todo o Brasil**. Dentro dessa segunda linha, criei um seminário - chamado **Oficina do Empreendedor** - destinado à formação de professores universitários. Esse seminário foi ministrado para professores da área de informática, conseguindo, em três anos, de 1996 a 1998, **implementar a disciplina de empreendedorismo em 100 cursos superiores de informática por todo o Brasil**. Em 1998, o Instituto Euvaldo Lodi Nacional criou uma política de estímulo à educação empreendedora e me contratou para realizar esse projeto. Então criei o **Reune** que, **com o apoio do Sebrae**, se tornou um programa de âmbito nacional, **destinado à formação de professores em empreendedorismo, não apenas nos cursos de informática, mas em todas as áreas do conhecimento** (HOELTGEBAUM, 2004, p. 127, grifos nossos).

Ao longo de sua trajetória, como vimos, Dolabela participou de programas voltados ao incentivo de implementação do empreendedorismo enquanto disciplina curricular – inicialmente em cursos de nível superior, a partir da formação de professores. Nota-se aí um atrelamento entre tecnologia (Software), tido como algo inovador, e “espírito empreendedor”.

Ressaltamos as instituições que fomentaram estes projetos citados pelo autor: o Sebrae e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A primeira diz respeito a uma instituição privada, que de acordo com o site da mesma, “[...] promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos”; já a segunda instituição tem por intuito fomentar Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.

Quando questionado sobre como funciona a Pedagogia Empreendedora, Dolabela (HOELTGEBAUM, 2004, p. 128, grifos nossos) discorre que:

Sinteticamente, eu diria que não se pode dar uma direção ao aluno para que ele seja um empreendedor empresarial, mas para que seja empreendedor em sua forma de ser. Abrir uma empresa pode ser uma opção do aluno. Porém,

ele pode ser empreendedor em qualquer atividade. Ele pode ser empreendedor sendo músico, poeta, funcionário público, político, etc. Então, dentro da Pedagogia Empreendedora, a atividade empreendedora torna-se universal. A empresa passou a ser uma das múltiplas formas de ser empreendedor. Este conceito está descrito no livro Pedagogia Empreendedora que também **apresenta os procedimentos metodológicos com foco na comunidade, e não no indivíduo**. Porém, trabalha-se o indivíduo porque, dentro da Pedagogia Empreendedora, **o empreendedor é um indivíduo que gera utilidade para os outros, que gera valor positivo para sua comunidade**. Assim, **procura-se desenvolver as comunidades através das pessoas**.

Dessa forma percebemos que, para Dolabela, ser empreendedor diz respeito à incorporação pelos indivíduos dos preceitos empreendedores, para que então, a partir de si mesmo e de sua forma de ser e agir, transforme a comunidade em que ele está inserido. Dolabela (HOELTGEBAUM, 2004, p. 129) ainda usa a pobreza como exemplo de como o empreendedorismo pode ser “transformador”, de seu ponto de vista, por considerar que “Pobreza não é ausência de renda. Pobreza é a incapacidade de um ser humano utilizar seu potencial para desenvolver-se”. Assim, portanto, coloca-se o indivíduo como eixo principal de superação dos problemas sociais e de transformação social.

Dolabela e Filion (2013, p. 156) asseveram que “A metodologia da Pedagogia Empreendedora (PE) foi formulada para o ensino fundamental com o intuito de oferecer às crianças e jovens um terreno mais fértil para a expressão da sua criatividade e empreendedorismo”.

Os autores supracitados discorrem sobre princípios norteadores da Pedagogia Empreendedora e asseguram que o empreendedorismo tem seu ponto de partida no aproveitamento de oportunidades no âmbito do trabalho do indivíduo. A partir disso deve-se “[...] gerar e agregar valor à sociedade na forma de conhecimento, bem-estar, liberdade, saúde, democracia, riqueza material, enriquecimento espiritual, melhoria da qualidade de vida, e assim por diante” (DOLABELA; FILION, 2013, p. 151).

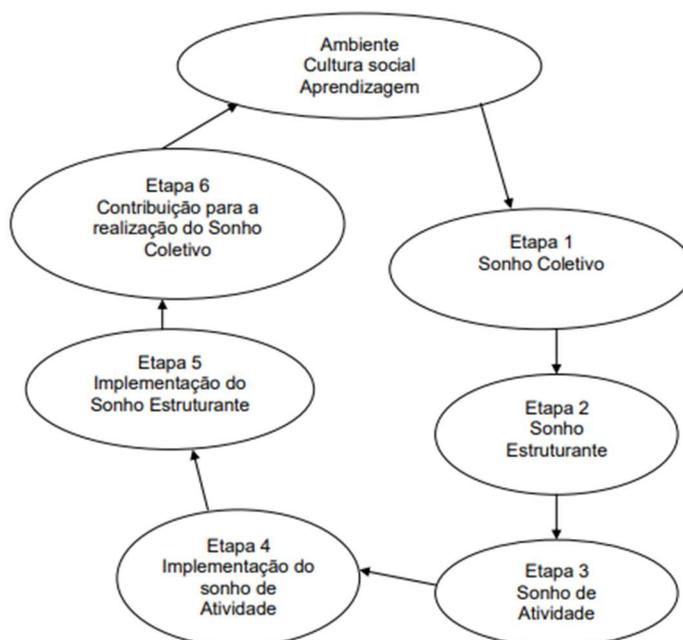
Em sua elaboração eles também citam valores, tipos de empreendedores e a sua contribuição social. Ao discorrer sobre os valores, Dolabela e Filion (2013) ainda diferenciam entre valores egocêntricos e egoístas, que apresentam um tipo de empreendedor destrutivo e/ou estático e uma contribuição social negativa/neutra; e os valores individualistas e coletivos, que causam empreendedores eficientes e/ou humanitários e uma contribuição social positiva.

A “Pedagogia Empreendedora”, além de adotar como parte de seu método a promulgação de valores individualistas e coletivos, apresenta como eixo norteador, em seu plano de aprendizagem, o objetivo de formulação de sonhos e sua respectiva implementação. Dolabela e Filion (2013, p. 160) citam seis etapas que envolvem o “[...] processo de sonhar e o

ciclo da aprendizagem empreendedora”. Apresentamos abaixo, na Figura 5, como eles simbolizam esse processo.

### Figura 5. A Pedagogia Empreendedora e seu processo de aprendizagem

Figura 4: As seis etapas do processo de sonhar e o ciclo da aprendizagem empreendedora



Fonte: Dolabela e Filion (2013, p. 160)

É possível afirmar que a Pedagogia Empreendedora é voltada essencialmente para o processo de aprendizagem e que ela utiliza o termo “sonhos” como parte de sua linguagem. Nesse sentido os autores afirmam que:

A PE utiliza uma linguagem clara e simples, a partir de duas questões básicas: —Qual é o seu sonho?, que diz respeito ao que você a pessoa deseja ser, e —Qual é o caminho ou estratégia que irá utilizar para que ele se torne realidade? Em outras palavras, o que você pretende fazer para realizar seu sonho? A metodologia utiliza uma variedade de elementos como suporte, principalmente exemplos do que pode ser feito, e o que os outros alunos fizeram em anos anteriores. A ideia é começar com sonhos estruturantes que possam ser implementados facilmente. Por exemplo, em comunidades pobres, **o SE pode ser comprar comida para a mãe, construir uma pequena casa, comprar um filtro para ter água potável em casa, fazer festa de aniversário, ir para a piscina ou comprar um novo par de sapatos** (DOLABELA; FILION, 2013, p. 159).

Temos aqui o que poderia ser considerado como “Sonhos Estruturantes” dentro da Pedagogia Empreendedora. Salientamos alguns dos exemplos citados: “comprar comida para mãe”, “comprar um filtro para ter água potável” e “construir uma pequena casa”. Os autores estão afirmando que se implemente em instituições escolares uma metodologia que tem como objetivo trabalhar com a ideia de realização de sonhos; sonhos estes que se resumem, em grande parte, em aquisição de mercadorias.

Sobre os conhecimentos adquiridos pelos indivíduos ao longo desse processo – “conhecimento empreendedor” –, afirmam que se aprende “o quê” e “como” fazer; o conhecimento do setor; o conhecimento de um ofício; o quê, como ser e o que se tornar; o conhecimento de si mesmo; a identidade; e a inovação na cultura.

Diante do exposto, notamos que a Pedagogia Empreendedora, assim como o Programa JEEP (citado anteriormente) se limita à criação de negócios, amparada na delimitação de um princípio que é voltado para o “ato de sonhar”, e este, por sua vez, é restrito a compras de mercadorias. Nesse sentido, temos além de uma pedagogia substanciada em aprendizagens utilitárias e vazia de conhecimentos teóricos e clássicos, uma proposta educacional para a educação pública que desconsidera as relações e condições reais vigentes sob a sociabilidade do capital. Esse é o caminho que vem se delineando na educação brasileira.

Até o momento discutimos questões relativas a definições, origens e inserção do empreendedorismo na educação, mas, para avançarmos na discussão, consideramos que se faz necessário verificar ainda como estas questões vem sendo debatidas nas pesquisas no âmbito educacional. Para isso apresentamos a seguir uma revisão sobre o tema.

## 2.4 PESQUISAS SOBRE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO

Considerando que o empreendedorismo passou a ser discutido no âmbito de pesquisas educacionais, se fez necessário buscarmos o trato acadêmico dado a esse termo e a sua proposta na educação. Para isso, no primeiro momento identificamos o trabalho das autoras Rufato e Martinelli (2021), com o qual objetivamos identificar e discutir diferentes apropriações teóricas da educação empreendedora em estudos acadêmicos, a partir de teses e dissertações do período de 2000 a 2020. Na análise dos 16 trabalhos localizados elas constataram que:

Os dados demonstram que houve um aumento do número de pesquisas sobre essa temática, a partir de 2017, evidenciando a importância que o empreendedorismo adquiriu nas últimas décadas, **sustentado pelos ideais neoliberais**; tais ideais ganharam força no Brasil com a implementação de

propostas voltadas para a **derrubada dos direitos trabalhistas**, o que abriu espaço para o incentivo ao empreendedorismo como uma forma de gerar emprego (RUFATO; MARTINELI, 2021, p. 50, grifos nossos).

Destaca-se na análise das autoras a justificativa dada à importância que o empreendedorismo adquiriu nos últimos anos, que atribuem ao avanço neoliberal e à derrubada dos direitos trabalhistas. No estudo delas, dos 16 trabalhos que discutem a educação empreendedora na educação, a maioria mostra-se favorável à presença dessa concepção.

Nos trabalhos analisados por Rufato e Martineli (2021), foi detectado que 68,75% deles apresentaram uma análise acrítica e defensora da inserção dessa ideologia no ambiente escolar, enquanto que apenas 32,25% analisaram criticamente a questão do empreendedorismo na educação. Em relação àquelas pesquisas que analisam criticamente a questão, notamos com as autoras que elas coadunam nos seguintes aspectos:

Os autores concordam que essa educação visa a atender à classe dominante e difundir a ideologia empreendedora para **afirmar a sociabilidade capitalista**, desconsiderando as condições socioeconômicas e a **condição de vulnerabilidade dos trabalhadores**, de modo a **transferir ao indivíduo a responsabilidade pelo seu fracasso ou sucesso econômico** (RUFATO; MARTINELI, 2021, p. 56, grifos nossos).

Entre as pesquisas identificadas pelas autoras como críticas ao empreendedorismo na Educação Básica situam-se os trabalhos de Souza (2006), Lima (2008), Camargo (2018), Silva (2018) e Castro (2019). Como nossa proposta de pesquisa é realizar uma análise crítica, centramos nossos esforços na compreensão desses últimos trabalhos. A partir do artigo das autoras, verificamos os resumos desses trabalhos em específico, que problematizaram a questão do empreendedorismo.

Em estudo bibliográfico e documental Souza (2006, p. 7) amparou-se no conceito de ideologia em Gramsci, no intuito de compreender como se dissemina a “[...] concepção empreendedora para a educação do jovem trabalhador”. Como conclusão apresentada no resumo de sua dissertação, a partir da sua análise que foi feita considerando os fundamentos históricos para a adesão do discurso de formação de jovens empreendedores, ela afirma que:

[...] essa orientação, sob o argumento da realização do sonho e do sucesso pessoal e profissional, dissemina uma tese que pretende ser a solução para o ‘trabalho’ do jovem, mas que, na verdade, vem naturalizar a sua condição de protagonista empreendedor, único responsável por sua sobrevivência e pelo desenvolvimento econômico da coletividade a que pertence, **revelando-se um discurso pragmático e ideológico, que reforça o individualismo próprio da racionalidade neoliberal** (SOUZA, 2006, p. 8, grifos nossos).

O trabalho em questão buscou conceituar o que é o empreendedorismo, bem como relacionar o discurso do empreendedorismo na perspectiva dos organismos internacionais. Destaca-se que esse estudo se amparou na análise do empreendedorismo enquanto uma ideologia que reforça, segundo o autor, o individualismo marcado nos princípios neoliberais. No resumo de sua pesquisa evidencia-se que, mesmo se referindo ao capitalismo mundial, sua análise volta-se para o neoliberalismo como relacionado à ideologia do empreender.

Lima (2008, p. 6) partiu de um estudo documental e bibliográfico para estudar os fundamentos e condições favoráveis à disseminação do empreendedorismo, concebido como uma promessa de reparo aos impactos da globalização para os “[...] trabalhadores pobres na ampliação de sua vulnerabilidade”. Lima (2008, p. 9) optou por delimitar seus estudos a partir da década de 1990, por considerar o período marcado pelo desemprego e a informalidade, como “[...] resultado da adoção de políticas econômicas neoliberais”. Assim, conclui que o empreendedorismo na educação é uma alternativa para os trabalhadores que “perderam” com os efeitos da globalização.

Cabe o desafio de enfrentar a proposta de educação e formação empreendedora a partir da formulação de alternativas econômicas concretas de caráter não capitalista, fundamentada nos princípios da economia solidária, propondo uma **educação autogestionária e estabelecendo novas práticas educativas baseadas em valores solidários e de ajuda mútua** (LIMA, 2008, p. 8).

Destaca-se o fato de que Lima (2008) propõe em uma de suas conclusões, no seu resumo da dissertação, uma proposta de enfrentamento à formação empreendedora: que a educação seja autogestionária e baseadas em valores solidários. Ao olharmos as referências utilizadas pelo pesquisador, identificam-se algumas obras de Paulo Freire: *Pedagogia da autonomia*, *Pedagogia da Esperança* e *Pedagogia do Oprimido*; e de Paul Singer, bem como outros autores que discutem sobre economia solidária.

Camargo (2018, p. 7), como objetivo de sua pesquisa, analisou o material proposto pelo programa do SEBRAE “Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP)”. Em sua análise, como já apontamos na discussão anterior, ela o toma como “[...] responsável pela disseminação da ideologia empreendedora em escolas de educação básica”.

Como uma de suas obras de referência, Camargo (2018) utiliza *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels (1820-1895), além de autores que discorrem o tema a partir de uma perspectiva marxista, demarcando em sua dissertação uma ancoragem no materialismo histórico. Ao tratar do empreendedorismo como uma ideologia na

educação, também infere que ela é uma consequência do neoliberalismo, partindo do pressuposto de que:

Compreender o contexto político, social e econômico dos anos 1990 é fundamental para entendermos as mudanças que vêm ocorrendo hoje. Nesse período, **o modelo neoliberal** consolidou-se no Brasil e, com ele, as mudanças na educação, principalmente, referentes à profissionalização (CAMARGO, 2018, p. 65, grifos nossos).

Nesse sentido, no que diz respeito à proposta educacional pautada no empreendedorismo, Camargo (2018, p. 75) assegura que a mesma não objetiva uma formação integral dos sujeitos, mas sim, “[...] formar um homem adaptável ao sistema existente, o qual gerencie a sua vida, de modo a superar os problemas”. Ademais, atrela essa análise à própria organização do sistema capitalista e, em sua acepção, Camargo (2018) atribui a propagação do empreendedorismo, enquanto proposta para a educação das pessoas, ao fato de ele ser um intuito dessa sociabilidade. Em sua acepção,

[...] por isso, o capitalismo as incentiva a se tornar empreendedoras, donas do seu próprio negócio, uma vez que, quanto mais pessoas buscarem ser independentes, criativas e autoconfiantes, **menos elas irão depender dos auxílios que o Estado disponibiliza, como por exemplo, o seguro-desemprego** (CAMARGO, 2018, p. 87, grifos nossos).

Nesse trabalho de Camargo (2018) identificamos nas considerações finais da pesquisadora que sua análise buscou relacionar a difusão da ideologia do empreendedorismo com os objetivos do Estado no capitalismo, pois, na concepção da autora, se retira assim a responsabilidade do Estado para com os trabalhadores. Ela atrela desse modo esse processo ao neoliberalismo, que demarcou mudanças no âmbito da educação.

Já a pesquisa de Silva (2018) buscou analisar as concepções docentes sobre o ensino de empreendedorismo no Ensino Fundamental da rede pública municipal de Alcantil, na Paraíba, e para tanto adotou o “materialismo dialético”. O texto discorre sobre três pontos: os fundamentos históricos do empreendedorismo, a concepção dos docentes sobre o ensino do empreendedorismo e a relação da educação empreendedora com o processo de escolarização dos indivíduos e com o trabalho dos professores. Ela amparou-se em algumas obras de Marx, tais como *Ideologia Alemã*, *Miséria da Filosofia* e *Manuscritos Econômicos Filosóficos*.

Silva (2018) considera, acerca do empreender, que essa atividade parte de um modelo de gestão empresarial, o qual insere-se na educação sob a forma de conteúdos articulados à lógica do mercado de trabalho. Em sua análise aponta que isso:

Decorre da dinâmica do modo de produção capitalista e das relações entre as forças produtivas e os meios de produção, e se configura como uma tendência ao processo de **desregulamentação trabalhista**, no sentido de criar novas estratégias de **subemprego intermitente** que não acarretem vínculos a um determinado empregador, ou seja, defende a ideia de um indivíduo autônomo, exercendo um papel produtivo ao capital (SILVA, 2018, p. 105, grifos nossos).

Silva (2018) também atrela em sua análise a educação empreendedora com o neoliberalismo, concebendo-a como uma de suas “ramificações”, cuja consequência é a desregulamentação trabalhista.

Além disso, em sua pesquisa quanto às concepções docentes sobre o ensino amparado na ideologia do empreendedorismo, a autora considera que a sua valorização, enquanto conteúdo de ensino, se dá em razão da sua suposta flexibilidade e interdisciplinaridade. Para Silva (2018, p. 7), na realidade, omitem-se as “contradições” de uma lógica de “[...] ensino produtivista, excludente e balizada nos aspectos meritocráticos”.

Castro (2019) também se fundamenta na concepção teórica do materialismo e buscou investigar o projeto de educação empreendedora do SEBRAE para a Educação Básica, especificamente os livros didáticos produzidos pelo SEBRAE para o ensino fundamental, do 6º ao 9º ano. Apresenta como conclusões, quando às consequências da difusão da ideologia (conforme o entendimento das autoras) do empreendedorismo na Educação Básica: a “legitimação da pedagogia das competências”, a “formação para o mundo dos negócios”, o “individualismo”, o “educar para sobrevivência”, um “modelo de Estado com funções mínimas sobre a questão social” e uma “formação restrita e unilateral do ser humano para a empregabilidade ou para as relações flexíveis de trabalho” (CASTRO, 2019, p. 8). Ela infere com base na análise realizada que:

[...] a perspectiva de formação difundida pelo SEBRAE parte de uma concepção de ser humano que desconsidera toda a complexidade do ser social e da vida em sociedade. A noção de autonomia do JEPP é pautada por princípios gerencialistas. Nesta perspectiva, o ser humano equivale a uma empresa que precisa ser gerenciado (CASTRO, 2019, p. 159).

Diante disso Castro (2019) assegura em sua análise que o ideário difundido pelo SEBRAE se pauta em fundamentos da “ideologia” do empreendedorismo e tem como implicação uma formação unilateral e pragmática, restrita ao âmbito da empregabilidade e para as relações flexíveis do mundo do trabalho.

Destaca-se que, dentre as pesquisas identificadas como materialistas, a de Castro (2019) é a única que em sua referência cita a obra *O Capital* de Marx. No entanto, o único momento

em que a obra é citada é para tratar sobre a concepção de trabalho, e ele é tratado em seu sentido ontológico, como apresentado no início do capítulo 5 da referida obra: “O trabalho caracteriza-se assim pelo processo de interação entre os homens e a natureza. O homem ao modificar a natureza modifica ao mesmo tempo a si próprio” (MARX, 1983 apud CASTRO, 2019, p. 100).

Além disso, conceitos de capital humano, capital social, mais-valia, valores de uso, valor de troca, são abordados a partir de diferentes obras e autores, dentre eles Gaudêncio Frigotto e Dermeval Saviani, ou pelas obras *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx, e *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, não havendo propriamente uma conceituação dos mesmos.

Podemos inferir nessas pesquisas, classificadas como críticas por Rufato e Martineli (2021), ao analisarmos os resumos, introduções e referências das mesmas, que, de maneira geral, a questão da ideologia empreendedora presente na Educação Básica é remetida nas pesquisas a uma causalidade amparada nas políticas neoliberais.

Para os pesquisadores isso se reflete na desresponsabilização do Estado para com os trabalhadores, tendo em vista a argumentação de que o empreendedorismo, tido por eles como uma “ideologia”, trata de desregulamentação trabalhista, promove subempregos e reflete em uma formação educacional utilitária, que responsabiliza a individualidade dos sujeitos. É possível afirmarmos, portanto, que a relação entre empreendedorismo e educação brasileira vem sendo objeto de diferentes pesquisas que se manifestam contrárias à defesa dele enquanto norteamento para a educação escolar.

Mediante o exposto até o momento, concebemos que os sentidos atribuídos ao empreendedorismo são diversificados e que suas origens estão radicadas nos estudos econômicos, tendo adentrado na educação perante os desafios impostos com o desemprego e os problemas de ordem social decorrentes da sociabilidade atual. No que se refere à educação, identificamos uma fragilidade nos autores que tratam dessa questão enquanto uma proposta pedagógica, pois não se sustentam em referenciais teóricos, não podendo ser identificados, portanto, como formuladores de uma teoria.

Em relação aos estudos sobre o empreendedorismo salientamos que, no levantamento realizado por Rufato e Martineli (2021), a maioria dos trabalhos analisados era favorável aos princípios do empreendedorismo na educação. Dos que realizaram uma análise crítica, as diferentes pesquisas trouxeram importantes contribuições, mas as conclusões convergiram para pontos em comum, pois se concentraram nas denúncias ao neoliberalismo. Amparadas em obras marxistas, verificou-se que *O Capital*, a partir de seu conjunto categorial de análise da sociabilidade capitalista, é a obra menos utilizada nas pesquisas analisadas.

Concebemos desse modo que, em se tratando do materialismo histórico, além de se tratar de um referencial teórico ao mesmo tempo muito citado nas pesquisas educacionais críticas, pouco são os trabalhos que se aprofundam na complexidade categorial da obra marxiana. Por isso neste trabalho retomamos a seguir algumas dessas categorias como fundamentação teórica para a análise do empreendedorismo na educação. Buscamos com isso elucidar os determinantes da relação social do capital para que, ao final desta pesquisa, possamos apresentar a nossa análise pautada nesse perspectiva teórica, ou seja, como entendemos que o empreendedorismo se situa perante a vida social regida pela lógica de reprodução do capital.

### 3. A LÓGICA DO CAPITAL NA OBRA MARXIANA: FUNDAMENTOS PARA APREENSÃO DO EMPREENDEDORISMO

Para efetivação do nosso estudo realizamos, dentro dos limites desta pesquisa, a análise de algumas das categorias marxianas abordadas na obra *O Capital*, especialmente aquelas que se referem ao trabalho e à teoria do valor. Nesse sentido, não é nosso objetivo com essa dissertação detalhar todo o universo categorial marxiano, até mesmo pelos limites de tempo. Tendo em vista que nosso intuito é subsidiar as discussões acerca do empreendedorismo na educação, é suficiente apontar algumas das categorias e conceitos basilares da obra marxiana.

Inicialmente resgatamos as discussões referentes aos fundamentos da teoria do valor a partir do referencial marxiano, bem como a determinação da força de trabalho. Na sequência, discutimos a importância da mercadoria força de trabalho e o seu valor, para então analisar a especificidade do trabalho sob a égide do capital.

#### 3.1 OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DO VALOR A PARTIR DO REFERENCIAL MARXIANO

Para que possamos avançar no que diz respeito ao empreendedorismo na educação devemos compreender a lógica de funcionamento da nossa sociabilidade, suas especificidades e características que regem as relações estabelecidas e que, conseqüentemente, se refletem em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na educação. Para isso, de acordo com Marx, devemos partir da premissa que o modo de produção capitalista tem como condição básica para sua existência a mercadoria.

Na sociabilidade capitalista, temos que a produção da vida humana se dá por meio do mercado, “[...] que pode ser entendido, grosso modo, como o lugar social no qual todos os indivíduos, para poderem viver, precisam comprar e vender mercadorias” (TUMOLO; TUMOLO, 2019, p. 134). Logo, para sobreviver os indivíduos necessitam vender alguma mercadoria, para que possam comprar outras mercadorias e assim, satisfazer suas necessidades, que vão do estômago à fantasia.

Inferimos, portanto, que a mercadoria é o ponto inicial para o entendimento das relações capitalistas e a sua consolidação, a partir do momento em que a própria força de trabalho se torna mercadoria – condição para a especificidade capitalista. Não por acaso, Marx (1985) inicia sua obra com o capítulo primeiro, intitulado “Mercadoria”, em que considera, já

de início, que: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1985, p. 45). Destacamos nesta citação o fato de o autor utilizar o termo “aparece” para dizer que apenas na aparência temos “uma imensa coleção de mercadorias” para definir a produção capitalista, que vai se revelando uma relação social de veras complexa.

O autor apresenta uma definição clara e abrangente acerca do que é a mercadoria.

A mercadoria é, antes de tudo, **um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie.** A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente como meio de produção (MARX, 1985, p. 45, grifos nossos).

Na afirmação acima o autor está se referindo à mercadoria em sua forma geral, e não a uma mercadoria produzida em um período específico. Ademais, cada mercadoria deve ser entendida como possuidora de múltiplas propriedades, podendo ser útil em diversos aspectos, e o uso de seus múltiplos aspectos é um “ato histórico”, bem como a descoberta da variedade de medidas sociais para as quantidades das coisas, que também é uma construção histórica (MARX, 1985).

Nesse sentido, as mercadorias possuem valor de uso, ou seja, uma utilidade, e são produzidas para uma finalidade. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1985, p. 45). Na sequência o autor relaciona o valor de uso de uma coisa com o trabalho necessário para sua produção, momento em que nos apresenta o conceito de trabalho útil ou concreto: “O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil [...]”, sendo que os distintos trabalhos são “[...] executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho” (MARX, 1985, p. 50).

Sintetizando essas considerações iniciais, portanto, verificamos que o trabalho útil produz valores de uso, e isso está relacionado ao trabalho em sentido genérico, uma forma de trabalho necessária para a sobrevivência individual, independente do período de desenvolvimento da história humana, e com a qual há uma imediata identificação geral.

Já sob a ótica de mercado, temos as trocas de mercadorias variadas, em suas mais distintas formas. Sendo assim, na esfera da circulação, além do valor de uso, precisamos

considerar que a mercadoria possui valor de troca, que se refere à forma de expressão do valor, ou como ele se manifesta na aparência. Revela-se com isso uma propriedade oculta da mercadoria, pois mesmo distintas elas podem ser trocadas entre si. Sendo assim, “[...] os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual [...]”, algo que torna possível igualá-los na troca, revelando que “[...] o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (MARX, 1985, p. 46).

Havendo diversificadas mercadorias, com distintos valores de uso, como é possível que ocorram as trocas entre essas mercadorias? O que seria esse “algo igual” que no mercado as identifica, mencionado pelo autor? Qual seria esse conteúdo e sua forma de manifestação? O autor vai explicando essa questão a partir de uma suposta troca, entre o produtor do casaco e o produtor do linho.

Como casaco e linho são valores de uso qualitativamente diferentes, assim os trabalhos aos quais devem sua existência são também qualitativamente diferentes – o trabalho de alfaiataria e o de tecelagem. Se aquelas coisas não fossem valores de uso de uso qualitativamente diferentes e, por isso, produtos de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, elas não poderiam, de nenhum modo, confrontar-se como mercadorias. **Casaco não se troca por casaco, o mesmo valor uso pelo mesmo valor de uso** (MARX, 1985, p. 50, grifos nossos).

Temos que mercadorias com os mesmos valores de uso não podem ser trocadas, então, como estabelecemos as condições da troca de mercadorias com valores de uso distintos, que são, portanto, fruto também de distintos trabalhos? Aqui se explicita que é necessário abstraí-los no momento da troca, negar seus valores de uso; entretanto, também é necessário identificar algo que gere uma equivalência das mercadorias a serem trocadas, e esse “[...] algo comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias” (MARX, 1985, p. 46).

Feito esse exercício analítico, o autor nos remete então ao conteúdo que une as mais distintas mercadorias: o fato de serem produtos de trabalho humano.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas

concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para **reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato** (MARX, 1985, p. 47, grifos nossos).

A conclusão a que o autor alemão chegou é a de que, deixando de lado suas especificidades físicas e químicas, abstraindo o seu valor de uso, o que sobra é algo em comum para todas as mercadorias: é que as mesmas são resultados de trabalho. Entretanto, se considerarmos o trabalho concreto, útil, aquele que produz os valores de uso distintos, eles são também distintos. O que precisamos fazer é novamente abstrair os distintos trabalhos úteis, uma vez que, ao abstrairmos os seus valores de uso, conseqüentemente também abstraímos, no processo de troca, os trabalhos concretos nelas embutidos.

Marx (1985, p. 47, grifos nossos) desvela assim o único conteúdo comum ao mundo das mercadorias, que é o fato de as mercadorias serem produto de uma “[...] gelatina de trabalho humano indiferenciado [...]”, ou seja, de trabalho abstrato, que consiste em dispêndio de energia, músculos, cérebro humanos. Ele conclui que “[...] um valor de uso ou bem possui valor, apenas porque nele está objetivado ou materializado *trabalho humano abstrato*” (MARX, 1985, p. 47, grifos nossos).

Entre a infinidade de mercadorias existentes, identificamos que o trabalho humano abstrato é o ponto em comum, sendo o fator que permite a troca das mesmas. Isso porque, se considerarmos os trabalhos concretos ou úteis, vemos que eles se diferem entre si: trabalho intelectual ou manual, masculino ou feminino, no setor fabril ou de serviços, etc. Apesar dessa diversidade, essas formas de trabalho têm em comum a presença do esforço humano, o consumo da força de trabalho. Sendo assim, as particularidades e distintas formas de cada trabalho útil necessitam ser negadas, para se desvendar o valor das mercadorias, sintetizado no trabalho social médio nelas contido, ou, como Marx (1985) denomina, no trabalho humano abstrato.

Podemos inferir até esse momento da análise que, na sociedade do capital, regida pelo mercado, a categoria trabalho concreto não é determinante, pois está subsumida à categoria trabalho abstrato. O trabalho humano abstrato é trabalho indiferenciado, resultado de uma igualação de trabalhos, porque realizados pelo homem, sendo **substância de valor** e, portanto, determinante para a relação de troca de mercadorias.

Dessa forma a “gelatina de trabalho humano”, conforme Marx (1985), se refere à substância de valor e diz respeito à sua média social. Ela não se encontra visível na aparência, exigindo um esforço teórico para ser apreendida. O trabalho humano indiferenciado, que constitui a fonte de produção de valor, advém do esforço humano social médio do conjunto dos

trabalhadores. Mas como esse trabalho é calculado?

O valor produzido pelo trabalho humano abstrato é quantitativamente calculado a partir do tempo de trabalho social necessário para sua produção.

Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da 'substância constituidora de valor', o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc. (MARX, 1985, p. 47).

O valor de uma mercadoria, por conseguinte, é determinado pelo quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção. Sendo assim destacamos que, na relação de valor das mercadorias, o trabalhador individual, ou o produtor, não determina o valor da mercadoria que produziu, pois não depende de sua vontade. Isso porque estamos nos referindo a uma categoria que engloba o trabalho humano abstrato indiferenciado, calculado por uma média de tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria.

Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la. O trabalho, entretanto, o qual constitui a **substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem** (MARX, 1985, p. 47, grifos nossos).

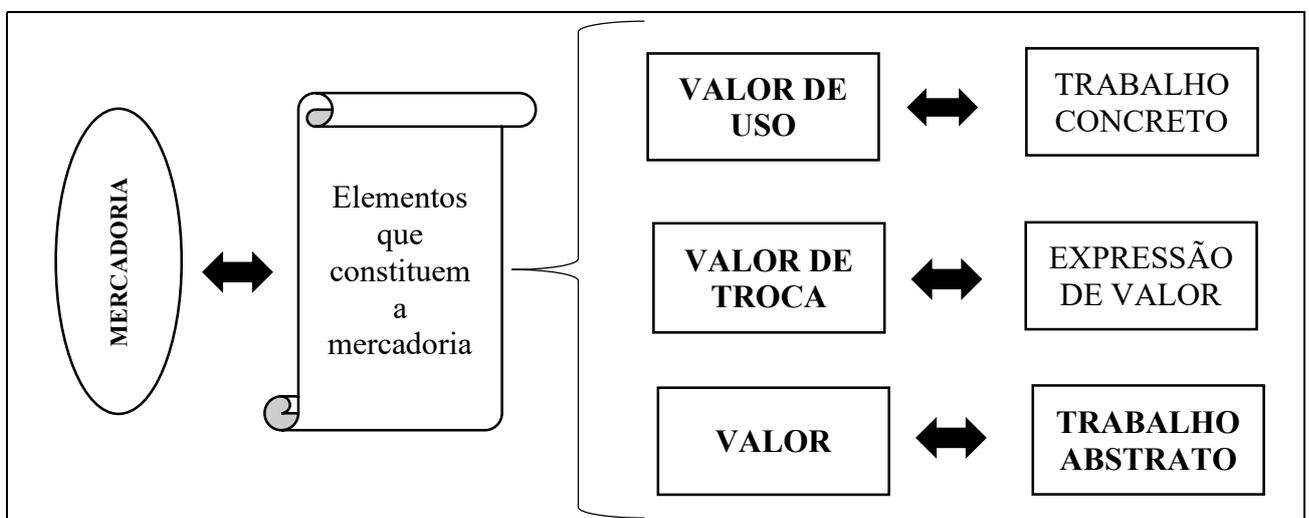
Esse valor, portanto, não é controlado pelo trabalhador individual, pois sua determinação é social. Além disso, os valores das mercadorias não são fixos, pois eles se alteram constantemente, em decorrência das alterações no tempo de sua produção, tornando a relação social ainda mais complexa. Essas alterações no tempo de sua produção envolvem os diversos fatores que incidem sobre as forças produtivas.

O autor vai desvelando assim a complexidade da relação social que envolve o valor das mercadorias. "A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho" (MARX, 1985, p. 48). Desse modo, o tempo de trabalho necessário altera-se na medida em que ocorrem circunstâncias diversas, tais como o grau médio de habilidades dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento das ciências, a eficácia dos meios de produção, as circunstâncias naturais, etc.

A análise da mercadoria, portanto, vai revelando que ela se constitui como uma unidade contraditória entre o valor de uso (utilidade), resultante de um trabalho útil ou concreto e, ao mesmo tempo, o valor, resultante de trabalho humano abstrato. Na esfera de circulação ou troca

de mercadorias, por conseguinte, é necessário abstrairmos os seus valores de uso e os trabalhos concretos nela contidos, para que as mercadorias sejam trocadas como equivalentes. O valor de troca é a forma de expressão do valor da mercadoria e este, por sua vez, é resultante de uma média social de trabalho humano abstrato, que é a “gelatina de trabalho humano” indiferenciado, porque comum a todo trabalho, que é gasto de nervos, músculos, cérebro humanos.

**Figura 6. Os elementos que constituem a mercadoria**



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Marx (1985).

Marx explora assim o duplo caráter do trabalho contido na mercadoria, trabalho concreto e abstrato, ainda no primeiro capítulo. A compreensão desse elemento requer o entendimento da centralidade que a mercadoria adquire no modo de produção capitalista, como também das categorias valor de uso e valor de troca. Isso foi necessário para que o autor chegasse à explicação da substância do valor das mercadorias. Temos assim o trabalho humano abstrato como sendo o dispêndio de força de trabalho em seu sentido fisiológico, igualado, sendo ele a fonte de valor da mercadoria; já o trabalho concreto útil é entendido como dispêndio de força de trabalho do homem destinada a um fim, e que produz valores de uso distintos.

O trabalho enquanto uma categoria de análise adquire importância significativa na educação pelo fato de que a escola pública, historicamente, foi sendo encarregada de qualificar a força de trabalho. Tendo isso em vista, o que normalmente encontramos como definição basilar de trabalho no campo da educação está amparado no capítulo V d’*O Capital*: “[...] o trabalho é um processo entre o homem e natureza, um processo em que o homem, por sua

própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1985, p. 149). Sendo assim, ao longo da história da humanidade, ocorre a transformação da natureza por meio da ação humana, a partir do trabalho, e com esse processo de transformação da natureza por intermédio do trabalho ocorre o distanciamento da animalidade, promovendo a humanização dos homens.

O indivíduo coloca-se em movimento na medida em que utiliza sua própria corporalidade (braços, pernas, cabeça, mão) com intuito de se apropriar da matéria natural para fazer uso na sua própria vida; com isso a sobrevivência humana fica na dependência dos meios de subsistência, para satisfazer necessidades que vão do estomago à fantasia, que por sua vez partem da natureza e do trabalho.

Além do esforço físico, dispêndio de força humana, trata-se de uma atividade orientada a um fim, já que a transformação da forma da matéria natural está subordinada ao objetivo que se tem em relação à mesma, que é atingido por intermédio da ação humana, do trabalho. Por isso, “[...] a abelha envergonha mais de um arquiteto com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (MARX, 1985, p. 149).

Para que o ser humano consiga os meios de subsistência, por intermédio do trabalho, se fazem necessários os meios de produção, que dizem respeito aos meios e objetos de trabalho com os quais o trabalhador produz os meios de subsistência.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo. O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente – abstraindo a coleta de meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalho - não é objeto de trabalho, mas meio de trabalho (MARX, 1985, p. 150).

Para explicar esse processo o autor supracitado cita o exemplo do início da história da humanidade, nas cavernas humanas mais antigas, quando se tinha a pedra, madeira, ossos, conchas e o próprio animal domesticado (ou seja, já alterado por intermédio do trabalho, da ação humana) desempenhando papel de meios de trabalho. O próprio corpo pode ser meio de trabalho para colher uma fruta e satisfazer a sua subsistência, logo “uma coisa ou complexo de coisas” que o homem utiliza como forma de conduzir sua atividade sobre um objeto e satisfazer a subsistência humana é meio de trabalho (MARX, 1985).

Ademais, da mesma forma que a estrutura de fósseis das espécies de animais já extintos é importante para os estudos dos mesmos, os vestígios de meios de trabalhos também têm contribuição para análise das formações socioeconômicas também já extintas, tendo em vista que “Os meios de trabalho não são só medidores de grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 1985, p. 151).

Um exemplo disso foi o domínio do fogo e a técnica da pedra lascada, pois essa alteração na natureza interviu diretamente na alimentação humana, permitindo o consumo de carnes e alterando o organismo do homem. É importante demarcar ainda que, na história humana, o movimento de desenvolvimento das forças produtivas, os conhecimentos necessários para a apropriação da infinidade de técnicas e objetos adquiridos ao longo da história, precisam ser, continuamente, repassados às gerações futuras, otimizando tempo e qualificando as técnicas e conhecimentos de produção (OLIVEIRA, 2021, p. 249).

O que se constata nesse processo é que o trabalho permitiu a constituição do ser humano genérico, e que esse processo é complexo e não mecânico, pois envolve fatores objetivos e subjetivos.

Em síntese, não é só o trabalho, mas o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que possibilita o salto ontológico, o ato de se tornar humano. O trabalho é criador do ser, mas não o criou sozinho como humano: houve participação do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, intimamente ligadas à produção e à transmissão de conhecimento (OLIVEIRA, 2021, p. 249).

O desenvolvimento das forças produtivas de trabalho está, portanto, relacionado à produção e à transferência de conhecimento, o que nos permite fazer alusão à cultura e à educação como constituintes do ser social. Sendo assim, o processo de humanização não diz respeito, exclusivamente, à transformação da natureza por intermédio do trabalho, mas sim ao conjunto de trabalho, desenvolvimento das forças produtivas de trabalho e conhecimento.

É importante salientar que retomamos agora a análise do trabalho em seu sentido ontológico, para discorrer sobre o papel do trabalho na própria evolução da humanidade, conforme Marx (1985) expõe no início do capítulo cinco de sua obra *O Capital*, intitulado “Processo de trabalho e Processo de valorização”. Entretanto, essa explanação do trabalho em sua forma simples (homem – trabalho – natureza) é insuficiente para a explicação do trabalho na forma social do capital, mesmo que ele seja comum a todas as formas sociais. Isso porque o trabalho, na sociabilidade capitalista, assume especificidades que precisam ser identificadas e

apreendidas. Como vimos, a compreensão da categoria trabalho abstrato é indispensável para desvelar a substância do valor das mercadorias.

Há de se considerar que a organização social capitalista é assentada na propriedade privada dos meios de produção e que a produção da existência humana se constitui a partir de uma relação de exploração do homem pelo próprio homem. Quando falamos em propriedade privada dos meios de produção, inferimos imediatamente a existência de uma organização social dividida em classes, em que de um lado estão os que “privam”, e de outro os que “são privados” dos meios de produção.

Antes de adentrar mais profundamente na especificidade dessa relação social, temos aqui importantes pontos a serem considerados: a sociedade dividida em classes não é exclusividade do modo de produção capitalista, bem como a propriedade privada dos meios de produção não tem sua origem nessa forma de organização social. Embora não seja o intuito deste trabalho aprofundar questões relativas à origem da propriedade privada, é importante apontarmos seus desdobramentos para as relações humanas.

A propriedade privada dos meios de produção impõe o surgimento de, em síntese, quatro novos aspectos, que alteram radicalmente a forma de se produzir a vida: **i) as classes sociais** – uma proprietária dos meios de produção e outra expropriada destes; **ii) as relações de exploração**; **iii) as relações de dominação – o Estado**; e **iv) o mercado – a mercadoria** (OLIVEIRA, 2021, p. 250, grifos nossos).

Na citação acima, portanto, são mencionados quatro aspectos que modificaram a forma como a humanidade produz a vida social, a partir do momento em que surgiu a propriedade privada. A obra marxiana, todavia, nos permite ir além desses aspectos gerais para desvelarmos a relação social tipicamente capitalista, o que requer avançar em sua compreensão.

### 3.2 A IMPORTÂNCIA DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO E SEU VALOR

As categorias valor de uso e trabalho útil ou concreto; e valor e trabalho abstrato, discutidas até esse momento, ainda são insuficientes para desvelar a relação social do capital, exigindo que adentremos mais profundamente no arcabouço teórico marxiano. Isso porque a produção de mercadorias não é exclusividade da relação social capitalista, tendo em vista que outras sociedades já realizavam essa atividade. O que as diferencia então da relação capitalista?

Ocorre que nessa sociabilidade a força de trabalho “[...] assume para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho

assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos de trabalho” (MARX, 1985, p. 141). O autor avança assim na discussão e mostra a condição histórica para o surgimento do capital: a força de trabalho como mercadoria pertencente ao próprio trabalhador.

Como vimos discutindo até aqui, para os indivíduos sobreviverem é necessário satisfazer suas necessidades, que vão do estomago à fantasia, e isso inicialmente se dá na relação homem – trabalho – natureza. No entanto, na medida que temos a privação dos meios de produção da própria vida, as necessidades que vão do estômago à fantasia são mercantilizadas entre as classes que passam a existir.

Não podemos perder de vista que, historicamente, esse processo adquiriu distintas características, que culminam na consolidação da forma social capitalista.

Após milhares de anos vivendo sob diferentes modos de produção, as sociedades de classes, com a revolução burguesa, inauguram uma nova época na história. Por meio de uma revolução violenta, a classe burguesa inicia o efetivo processo de transformação do modo de produção precedente – o feudalismo – e o supera. Com a vitória da classe burguesa, novas relações sociais se estabelecem, agora, a partir de outra base material. **Primeiramente sob o domínio da mercadoria, essa classe inicia seu processo de ascensão e, com a transformação da força de trabalho em mercadoria, consolida-se como classe capitalista.** A partir de então, as relações humanas em geral passam a se desenvolver sob a forma social do capital, ou seja, sob o domínio das relações de produção capitalistas (TUMOLO; OLIVEIRA; BUENO, 2021, p. 121, grifos nossos).

O que demarca a consolidação da sociedade capitalista, portanto, é a transformação da força de trabalho em mercadoria. “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985, p. 139).

Para que a mesma fosse tida como mercadoria é necessário entendermos algumas condições: a força de trabalho só existe porque há quem a possua e, por isso, o indivíduo vivo que a possui deve ser livre proprietário de si mesmo. Por exemplo, ele não pode ser um escravo, porque senão não poderia dispor dela livremente.

Outro aspecto a considerar é que ele não pode ter meios de produção próprios ou disponíveis para si, como por exemplo os tinham os servos. Isso porque, privado dos meios de produção, agora o trabalhador pode vender a sua única mercadoria como alternativa de sobrevivência, a força de trabalho, que, como as demais mercadorias, passa pelas condições de

troca: abstrai-se o seu valor de uso e ela é trocada no mercado pelo seu valor. Mas, nesse caso, como é calculado o valor da força de trabalho?

Assim como as demais mercadorias, ela é possuidora de valor e ele está relacionado ao tempo necessário à sua produção e reprodução, representa um quantum de trabalho social médio nela objetivado. Para produzi-la, lembremos que a força de trabalho pressupõe a existência do indivíduo vivo e este requer manutenção, o que diz respeito a uma soma de meios de subsistência. Desse modo: “O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor” (MARX, 1985, p. 141).

Dessa forma, temos que o indivíduo vivo, possuidor da força de trabalho, necessita de meios de subsistência para sobreviver, seja alimentação, moradia, roupas, etc. Há ainda outro fator crucial que deve ser considerado para a determinação do seu valor: “[...] o proprietário da força de trabalho é mortal” (MARX, 1985, p. 141). Tendo isso em vista, outro fator a considerar é que: “A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa race de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias” (MARX, 1985, p. 142).

Ademais, para que a força de trabalho se realize, por meio da sua exteriorização, o seu possuidor deve ativá-la por meio de determinado trabalho, com dispêndio de músculos, nervos, cérebro, etc. Para que o indivíduo possa realizar determinado ramo de trabalho é necessária uma formação ou educação a fim de alcançar determinada habilidade específica requerida. “Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação” (MARX, 1985, p. 142).

Conforme o exposto, inferimos o valor da força de trabalho é calculado a partir do valor dos meios de subsistência necessários para manutenção de quem a possui, sejam alimentos, roupas, moradias, formação, incluindo até mesmo esses meios em relação aqueles que a substituirão, os filhos dos trabalhadores.

Outro aspecto que o autor chama a atenção é que as especificidades dos meios de subsistências para a manutenção do possuidor da força de trabalho colocam-se a partir da consideração de determinado tempo. “Mercadorias de uma espécie precisam ser compradas ou pagas diariamente, outras semanalmente, trimestralmente etc. Mas como quer que a soma

dessas despesas se possa repartir durante, por exemplo, um ano ela precisa ser coberta pela receita média dia por dia” (MARX, 1985, p. 142). Dessa forma, em linhas gerais, podemos afirmar que, assim como ocorre com a troca das demais mercadorias, o valor de determinada força de trabalho é resultado de um cálculo da média do tempo socialmente necessário para sua manutenção, o que se expressa sob a forma salário.

Temos, portanto, que:

O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é **constituído pelo valor de uma massa de mercadorias**, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo portanto o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis (MARX, 1985, p. 143, grifos nossos).

No entanto, Marx (1985, p. 143) nos assevera que: “Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão tampouco diz digestão”. Isso significa que, se a capacidade de trabalho ou força de trabalho não for vendida, de nada serve ao seu possuidor, ao trabalhador, que passa a ver como uma cruel necessidade natural o fato de que a produção de sua capacidade de trabalho requer uma quantidade determinada de meios de subsistência, quantidade que tem de ser sempre renovada para sua reprodução.

A partir da lógica exposta na teoria marxiana, devemos considerar ainda um outro aspecto na relação capitalista: é que o valor da força de trabalho, assim como das demais mercadorias, “[...] estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força” (MARX, 1985, p. 142).

Com isso, enfatiza-se que o trabalhador não tem controle sobre o valor de sua força de trabalho. Além disso, a força de trabalho vendida ao seu comprador só é paga ao seu possuidor após seu valor de uso ser consumido durante o período previsto no contrato da compra, logo: “A força de trabalho está vendida, ainda que ela só seja paga posteriormente” (MARX, 1985, p. 144). Há, portanto, uma relação contratual entre o comprador e o possuidor da força de trabalho, um salário já definido por determinadas horas de trabalho no ato da compra e venda.

Como forma de sintetizar o que foi até aqui tratado, podemos afirmar que o valor da força de trabalho é determinado, portanto, pelo valor dos meios de subsistência que devem satisfazer as necessidades humanas do trabalhador, valor pago sob a forma preço (salário), seguindo a lei do valor das trocas de mercadorias.

Marx (1985) destaca que nessa relação de troca não existe desigualdade, pois ela é vendida por seu justo valor. O capitalista vai ao mercado comprar a força de trabalho e encontra nele essa mercadoria, pagando por ela o seu valor:

[...] o capitalista e o trabalhador estabelecem uma relação de igualdade ou, se se quiser, uma relação simétrica. Ambos são proprietários – um, dos meios de produção e o outro, da força de trabalho – e trocam equivalente por equivalente, ou seja, a força de trabalho é trocada pelo seu equivalente, que corresponde ao montante de meios de subsistência necessários para sua própria produção, quer dizer, o próprio valor da força de trabalho (TUMOLO, 2019, p. 28).

Assim, o trabalho inserido nas especificidades da relação do capital assume distintos desdobramentos. O princípio básico e inicial, para considerar a troca de mercadorias, é a relação de equivalência entre elas, um ponto em comum que permite a troca: o seu valor, o tempo socialmente necessário para a produção das mesmas, o *quantum* de trabalho humano abstrato contido nas mesmas. Por consequência, contraditoriamente, a compra e venda da força de trabalho, na esfera da circulação, não burla a lei do valor, ou seja, o processo ocorre de forma justa, embora ocorra um processo de exploração na relação capitalista, que ainda precisa ser desvelado.

Uma das grandes dificuldades – ou desafios – em apreender a relação de produção especificamente capitalista está justamente em compreender como ocorre o processo de exploração, e também todas as contradições do movimento do capital, a partir de uma relação de igualdade, ou seja, compreender como o processo de miserabilização humana se produz com base numa relação simétrica (TUMOLO, 2019, p. 28).

O que queremos demarcar com isso é a importância de se compreender que, na esfera da circulação, as trocas de mercadorias, sejam elas quais forem, obedecem à lei do valor explicitada por Marx (1985), na qual o processo de troca segue a troca de equivalentes, pois ocorrem trocas justas. A questão que se faz presente nesse momento é a necessidade de compreendermos o que demarca a relação especificação capitalista, que é não apenas a produção de valor, mas, acima de tudo, a produção de mais-valor.

Para isso, na continuidade da pesquisa, apresentamos a necessidade de sair da esfera da circulação, assim como Marx aponta ao final do capítulo IV, para adentrarmos na esfera da produção.

**O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia.** O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria, ocorre fora do

mercado ou da esfera da circulação. **Abandonemos então, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção**, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business*. Aqui há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido, o capital (MARX, 1985, p. 144, grifos nossos).

Diante disso temos que, para desvelar o processo de produção de mais-valia, é necessário sair da esfera da circulação, pois ela é insuficiente para explicar a produção de capital, já que é uma relação em que não ocorre desigualdade, pois é justa. Esclarecemos ao leitor que, devido aos limites de tempo para finalização desta pesquisa, não será possível explorar com mais detalhes o estudo acerca da impossibilidade de produção de capital na esfera da circulação e a necessidade de adentrar na esfera da produção. Devemos, pois, já de antemão considerar tal preceito para, na sequência, irmos retomando e analisando algumas considerações para o entendimento do processo de produção de mais-valia.

### 3.3 A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Até o momento, vimos que no processo de produção de mercadorias são necessários os meios de produção e a força de trabalho, que são comprados na circulação, por seu justo valor. No entanto, o objetivo do capital é a produção de um valor maior do que o que foi investido inicialmente, e é isso o que determina a relação de produção tipicamente capitalista e, conseqüentemente, a relação de trabalho sob o capital.

Isto significa que o processo simples de trabalho, produtor de valor de uso, e o trabalho abstrato, produtor de valor, são insuficientes para explicar a produção da mais-valia e de capital. Necessitamos adentrar agora na categoria do trabalho produtivo de capital.

O processo simples de trabalho resulta na produção de valores de uso para satisfação de necessidades humanas, ao passo que o processo de produção capitalista – que pressupõe o processo de trabalho – tem como finalidade a produção de mais-valia e, fundamentalmente, de capital. Somente a partir dessas compreensões e distinções é que se pode apreender o conceito de trabalho produtivo. Para Marx, trabalho produtivo é aquele referente ao processo de produção capitalista, ou seja, é trabalho que produz mais-valia e, conseqüentemente, capital (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 166).

Afinal, como se dá o processo de produção capitalista? O requisito para compreendermos a relação social do capital em seus fundamentos exige a apreensão das

categorias mais valor ou mais-valia e, assim, do trabalho produtivo, ou seja, do trabalho que produz mais valor, logo, aquele que produz capital.

Na especificidade capitalista se faz necessário compreendermos essa nova categoria marxiana apresentada na obra *O Capital*: o trabalho produtivo de capital. Para tanto, uma das condições é sair da esfera da circulação, do mercado, e entrar na esfera da produção. O trabalhador para sobreviver, precisa dar o “salto mortal” da sua mercadoria, o que ocorre quando consegue vender no mercado a sua força de trabalho. A partir desse momento ela passa a ser utilizada, “consumida” pelo capitalista, e assim a mercadoria força de trabalho é incorporada ao processo de produção, juntamente com os meios de produção que ele também adquiriu no mercado.

Marx (1985, p. 154) assevera, quanto a esse movimento, que: “O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista mostra dois fenômenos peculiares”. O primeiro deles é que o capitalista controla o trabalhador e todo o processo de produção: matéria-prima e instrumentos de trabalhos utilizados e ordenados para seus fins. O outro fenômeno é que o produto objetivado do trabalho é propriedade do capitalista, “[...] não do produtor direto, trabalhador” (MARX, 1985, p. 154). Isso significa que a força de trabalho, a única fonte produtora de valor, será consumida enquanto elemento vivo da produção.

A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 1985, p. 154).

Sob o capital, o intuito não é produzir apenas valor, o objetivo é produzir mais valor ou mais-valia. O capitalista almeja produzir uma mercadoria “[...] cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la [...]”. Isto significa que o mesmo deseja criar mais valor do que aquele investido inicialmente, ao comprar os meios de produção e a mercadoria força de trabalho. “Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (MARX, 1985, p. 155).

Vai se delineando com mais clareza a diferenciação e a articulação entre as diferentes categorias de trabalho: trabalho concreto ou útil, que produz valores de uso; trabalho abstrato,

que produz valor; e trabalho produtivo de capital, que é fonte de mais valor e de capital.

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não se refere aos aspectos concernentes ao trabalho concreto – trabalho do metalúrgico, do camponês, do palhaço, do professor, do homem, da mulher, trabalho manual ou intelectual etc. –, ou às características do valor de uso que foi produzido – se tem ou não uma ‘forma corpórea’, se é automóvel, arroz, entretenimento, ensino etc. –, se serve para satisfazer esta ou aquela necessidade – do estômago ou da fantasia. Também não diz respeito aos setores de atividade econômica: primário, secundário ou terciário, como é o caso do setor de serviços. Esses elementos, pertencentes ao processo de trabalho, não permitem, em absoluto, a compreensão de trabalho produtivo, uma vez que este é, necessariamente, trabalho referente ao processo de produção de capital. Isso significa dizer que o trabalho produtivo está presente em toda e qualquer relação de produção capitalista, não importando se se trata de uma empresa agrícola, fabril ou uma empresa escolar, se a mercadoria produzida é soja, robô ou ensino (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 166).

O que se evidencia é que no processo de produção de capital, na produção de mais valor, não importa se o processo de trabalho ocorre em uma empresa ou fábrica, é indiferente o valor de uso produzido e o trabalho útil nele embutido, o que importa para as relações capitalistas é que ocorra o processo de valorização, ou seja, de produção de mais-valia.

Para entendê-lo, precisamos considerar “[...] que **a força de trabalho é a única mercadoria capaz de produzir mais-valia e, portanto, capital**” (TUMOLO; OLIVEIRA; BUENO, 2021, p. 126, grifos nossos). Conforme assevera Marx (1985), o valor adiantado pelo capitalista só é valorizado devido ao fato de a especificidade da mercadoria força de trabalho produzir mais valor do que ela mesma contém. Isto é explicado pelo autor, a partir de um cálculo que ele apenas utilizou para exemplificar: na relação de troca, no valor de um dia da força de trabalho, “[...] está objetivada meia jornada de trabalho [...]”, o que significa que “[...] os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho” (MARX, 1985, p. 159).

Como o trabalhador vende sua força de trabalho por uma jornada inteira, nesse período restante ele produz a mais-valia.

O fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser dispêndio em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesmo tem (MARX, 1985, p. 159).

Na medida em que a força de trabalho é consumida pelo capitalista, respeitando as leis de troca – enquanto valor de uso, pois o trabalho vivo é dispêndio de esforço humano –, isso é o que o caracteriza como mercadoria útil ao capital. Demarca-se assim que, embora iniciado na esfera da circulação, o processo de valorização se concretiza na esfera da produção.

No consumo da força de trabalho é que o capitalista consome seu valor de uso e mesmo que, no exemplo utilizado, apenas meia jornada de trabalho seja suficiente para os meios de subsistência necessários à produção diária dessa força de trabalho, prolonga-se o tempo da jornada de trabalho além do valor dela, caracterizando a produção de mais valor. Nessa relação, a lei do valor é determinante e a força de trabalho é vendida por seu justo valor.

O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar da força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (MARX, 1985, p. 160).

Dessa forma evidencia-se que, na esfera da produção de mercadorias, a força de trabalho é consumida pelo capitalista sem violar as regras da troca. É importante demarcar, como já visto, que o valor da força de trabalho é calculado da mesma forma que o das demais mercadorias: pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e reprodução, que depende do valor de seus meios de subsistência. O valor da força de trabalho corresponde, assim, ao tempo de trabalho necessário à produção de seus meios de subsistência.

É no processo de produção que ela vai ser consumida pelo capital e gerar um valor além do que ela contém. Isso ocorre pela exploração do trabalho, pois “[...] a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho [...]” (MARX, 1985, p. 162). Em linhas gerais, portanto, o mais valor se origina “[...] na diferença entre o que o trabalhador recebe por sua força de trabalho como mercadoria e o que o trabalhador produz no processo de trabalho sob o comando do capital” (HARVEY, 2015, p. 143).

Por isso, na lógica da sociabilidade capitalista, objetiva-se “[...] encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada do trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista” (MARX, 1985, p. 255).

Conforme exposto, a única que pode produzir mais valor do que o valor que ela própria

possui, é a mercadoria força de trabalho, e isto se dá por meio do “tempo de trabalho excedente”. Assim a força de trabalho, no ato de seu consumo pelo capitalista, produz mais valor do que o que ela mesma contém ou vale. Fica estabelecida dessa forma a diferença essencial entre o processo de trabalho simples, produtor de valores de uso, e o processo de trabalho produtivo de capital.

O processo simples de trabalho resulta na produção de valores de uso para satisfação de necessidades humanas, ao passo que o processo de produção capitalista – que pressupõe o processo de trabalho – tem como finalidade a produção de mais-valia e, fundamentalmente, de capital. Somente a partir dessas compreensões e distinções é que se pode apreender o conceito de trabalho produtivo. Para Marx, trabalho produtivo é aquele referente ao processo de produção capitalista, ou seja, é trabalho que produz mais-valia e, conseqüentemente, capital (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 166).

Dessa forma Marx (1985) retoma a discussão sobre o processo de valorização e sua relação com a esfera da circulação. Esclarece assim que o processo de produção de mais-valia tem seu início na esfera da circulação, com o processo de troca de mercadorias. Este se dá entre o possuidor da força de trabalho, que a vende, e aquele que almeja comprá-la para utilizar de seu valor de uso enquanto mercadoria, como parte do processo de produção capitalista.

É válido ressaltar o trabalho passado que a força de trabalho possui, que requer custos diários para a sua manutenção, demarcando o seu valor de troca ou expressão do seu valor; o que diferencia-se do trabalho vivo, aquilo que a força de trabalho pode prestar a partir do seu dispêndio diário, enquanto valor de uso no decorrer do processo de trabalho. Marx (1985) exemplifica: considerando que meio dia de trabalho seja o necessário para manutenção da vida do trabalhador durante 24 horas, isso não o impossibilita de trabalhar um dia inteiro, desvelando o processo de valorização no processo de trabalho, que consiste em uma duração prolongada do mesmo processo de trabalho.

Temos, portanto, que o processo de produção capitalista tem início na esfera da circulação, com a compra da força de trabalho, mas ao mesmo tempo não ocorre nela. É com a discussão sobre o processo que ocorre na esfera da produção capitalista que Marx (1985) introduz a categoria trabalho produtivo de capital. O trabalho que a força de trabalho contém – o qual determina o seu valor de troca –, está presente na circulação; enquanto o trabalho vivo que pode prestar ao longo do consumo do seu valor de uso encontra-se na esfera da produção.

Diante disso, notamos a insuficiência da análise do trabalho a partir da categoria trabalho concreto, bem como do trabalho abstrato, já que a apreensão do trabalho sob a forma especificamente capitalista implica na compreensão da categoria trabalho produtivo de capital.

Assim, o trabalho concreto e o trabalho abstrato estão subsumidos ao trabalho produtivo de capital. Em síntese, temos:

**Figura 7. Processo de produção de mercadorias e Processo de produção de Capital**

<p><b>PROCESSO DE PRODUÇÃO DE MERCADORIAS</b></p>	<p>UNIDADE ENTRE: PROCESSO DE TRABALHO (VALOR DE USO) PROCESSO DE FORMAÇÃO DE VALOR</p>
<p><b>PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CAPITAL</b></p>	<p>UNIDADE ENTRE: PROCESSO DE TRABALHO (VALOR DE USO)   <b>TRABALHO CONCRETO</b>          PROCESSO DE FORMAÇÃO DE VALOR   <b>TRABALHO ABSTRATO</b>          PROCESSO DE VALORIZAÇÃO (MAIS-VALIA)   <b>TRABALHO PRODUTIVO DE CAPITAL</b></p>

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Marx (1985).

No processo de produção de mercadorias há inicialmente trabalho concreto produzindo valores de uso e, para haver a troca de mercadorias na esfera da circulação, por termos mercadorias com distintos valores de uso que precisam ser trocadas por equivalentes, é necessário abstrairmos seu valor de uso e avançar para a determinação de seu valor. Isso porque o que permite a troca de distintas mercadorias, que se configuram como equivalentes, é o tempo socialmente médio necessário para a produção das mercadorias em questão, ou, em outras palavras, o trabalho abstrato. Já no processo de produção do capital, temos uma unidade entre esses processos citados, acrescido do processo de valorização ou produção de mais-valia, que se dá no processo de consumo da força de trabalho – única mercadoria capaz de gerar mais valor do que ela mesma possui.

Considerados esses elementos analíticos fundamentais da obra marxiana, retomamos então a discussão do empreendedorismo para introduzir alguns questionamentos: qual a sua função e sentido na sociabilidade capitalista, a partir desse constructo teórico marxiano? Como o empreendedorismo se concretiza no âmbito da relação de produção capitalista? Essas são as questões com as quais remetemos o leitor para a discussão do último momento desta pesquisa.

#### 4. O EMPREENDEDORISMO SOB O CAPITAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A compreensão do empreendedorismo na educação exigiu que traçássemos um percurso teórico denso, a fim de apreendê-lo no âmbito da relação social do capital. O intuito neste momento é avançarmos em relação às críticas já existentes ao empreendedorismo, a fim de desenvolvermos uma contribuição fundada nas categorias da obra marxiana. Para isso, fazemos a análise de suas funções e sentidos a partir do constructo teórico marxiano trabalhado anteriormente. Inicialmente, resgatamos e reafirmamos algumas discussões já realizadas, a fim de analisar questões referentes ao desenvolvimento das forças produtivas e às suas consequências para as relações sociais no interior na nossa sociabilidade.

A partir disso, apresentamos dados e informações que dizem respeito ao empreendedorismo no Brasil, para então, articulando as análises, problematizarmos e desvelarmos o sentido do empreendedorismo enquanto uma proposta educativa para a classe trabalhadora.

##### 4.1 A CLASSE TRABALHADORA E A ALTERNATIVA DO EMPREENDEDORISMO

Como discutido no início desta pesquisa, o empreendedorismo é indicado atualmente para a formação dos jovens, futuros trabalhadores, diante da complexidade das relações sociais atuais. Avançar na compreensão desse receituário formativo exige inserir o trabalhador no movimento que rege essa sociabilidade. Faz-se necessário nesse momento articularmos essas condições materiais impostas pela relação social do capital à proposta do empreendedorismo na formação os trabalhadores.

Nas discussões realizadas no primeiro momento desta pesquisa vimos que o empreendedorismo é definido de forma polissêmica, mas que ele converge para sentidos comuns. Dentre eles salientamos os que mais se sobressaem: a possibilidade de criação de novas empresas e negócios; a criatividade e inovação para começar algo inteiramente novo e potencialmente arriscado; o assumir riscos e tomar decisões; o aumento da produtividade; a criação de novos empregos; etc.

Como na sociedade determinada pelo modo de produção capitalista a realidade social é resultante de uma organização social dividida em classes e regida pela lógica mercantil capitalista, o desvelamento dos objetivos da inserção do empreendedorismo na educação deve considerar as relações já estabelecidas no interior dessa forma de viver.

O que acaba ocorrendo em meio a muitos receituários que adentram na educação é que eles promovem uma dissociação entre aquilo que é proclamado e a concreticidade real, como por exemplo, os objetivos utópicos propostos para a educação a partir de legislações e documentos oficiais, distantes da realidade concreta. Em nosso entendimento, o que se constata é que a proposta do empreendedorismo “[...] se reflete no âmbito da educação sob a forma de uma contradição entre o discurso e a realidade objetiva” (TONET, 2006, p. 17).

É por isso, portanto, que há a necessidade da análise pautada no estudo realizado no segundo momento da pesquisa, com a qual buscamos resgatar categorias basilares da obra marxiana, a começar pela categoria mercadoria, e questões relativas à determinação de seu valor, bem como à especificidade da força de trabalho enquanto mercadoria. Isso porque não dá para discutirmos uma questão como o empreendedorismo, que permeia hoje a formação da classe trabalhadora, sem considerar a determinação do capital sobre ela, pois não há neutralidade.

Em suma, do ponto de vista do capital, a produção e a reprodução da força de trabalho pressupõem a produção, na sua totalidade e em todas as dimensões, da vida da família do trabalhador, ‘dentro e fora do trabalho’, ou, em outras palavras, a constituição do trabalhador implica a constituição do cidadão (TUMOLO, 2003, p. 162).

A consolidação do homem enquanto cidadão se dá na medida em que há a exploração capitalista por meio do controle sobre todo o processo de trabalho: o indivíduo vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de meios de subsistência não só para si, mas para a sua família, seus substitutos. Como consequência, ao longo do desenvolvimento capitalista ele não detém a propriedade dos meios de produção e nem mesmo é proprietário do produto de seu trabalho, dos meios de subsistência – caracterizando assim, historicamente, sua consolidação enquanto proletário.

A dinâmica da sociedade capitalista é, portanto, demarcada pela propriedade dos meios de produção, definindo-se pela divisão em classes. Sob a sociabilidade capitalista, temos duas classes sociais fundamentais: os proprietários dos meios de produção – capitalistas, e os não proprietários dos meios de produção, que são os vendedores da sua força de trabalho – trabalhadores. Ambas as classes sobrevivem sob a lógica do mercado, sendo que, nesse momento, se faz necessário considerarmos que essas não são as únicas relações existentes.

Sob a égide do mercado os indivíduos são ao mesmo tempo compradores de mercadorias e vendedores, uma vez que, para conseguir adquirir meios de subsistência necessários para sobrevivência, é preciso antes vender algo. Essa condição de comprador e vendedor é uma

condição fundamental para a existência humana sob a lógica do capital.

Como vimos, aqueles que não detém os meios de produção tem como alternativa vender sua força de trabalho, mas essa não é a única forma para sua sobrevivência. O indivíduo pode ser, por exemplo, um produtor de mercadorias, embora sem ser um capitalista. Tumolo e Fontana (2008) exemplificam essa possibilidade utilizando o exemplo da própria atividade docente. Isso pode ocorrer na seguinte condição:

[...] o professor que produz o ensino como um valor de troca, ou seja, como uma mercadoria que vende, como, por exemplo, um professor que ministra aulas particulares. Embora tenha produzido valor, não produziu mais-valia, uma vez que, sendo proprietário de meios de produção, não necessitou vender sua força de trabalho e, por isso, não estabeleceu uma relação assalariada, constituindo-se também como um trabalhador não-produtivo (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 167).

Temos assim os sujeitos que não vendem a sua força de trabalho, mas sim alguma outra mercadoria qualquer que produziram: sejam aulas particulares, brigadeiros, cachorro quente, etc. Não por acaso podemos identificar na prática escolar a inserção dessas atividades como forma de fomentar a abertura de novos negócios pelos estudantes.

Nesse caso, o produto dessas atividades são mercadorias e possuem valor de troca, por isso vão ter que obedecer à lei do valor que, como vimos, não depende da vontade dos produtores individuais. Além disso, ainda considerando essa condição, esses trabalhadores não produzem mais valor. Não há nesse processo exploração da força de trabalho, logo, ele se caracteriza como um processo de trabalho não produtivo de capital.

O problema é que, ao produzir uma mercadoria e/ou ao começar um negócio próprio, o produtor se depara com a determinação da lei do valor sobre sua mercadoria. Ele entra na complexidade da relação social capitalista, que envolve a concorrência entre os diversos produtores. Importante lembrar que, em seu desenvolvimento histórico, para reproduzir-se “[...] o capital empenha-se na tarefa de diminuir o valor das mercadorias, inclusive o da força de trabalho, o que foi conseguido por um conjunto amplo e articulado de elementos desencadeado por mudanças operadas nos processos de trabalho [...]” (TUMOLO, 2003, p. 164).

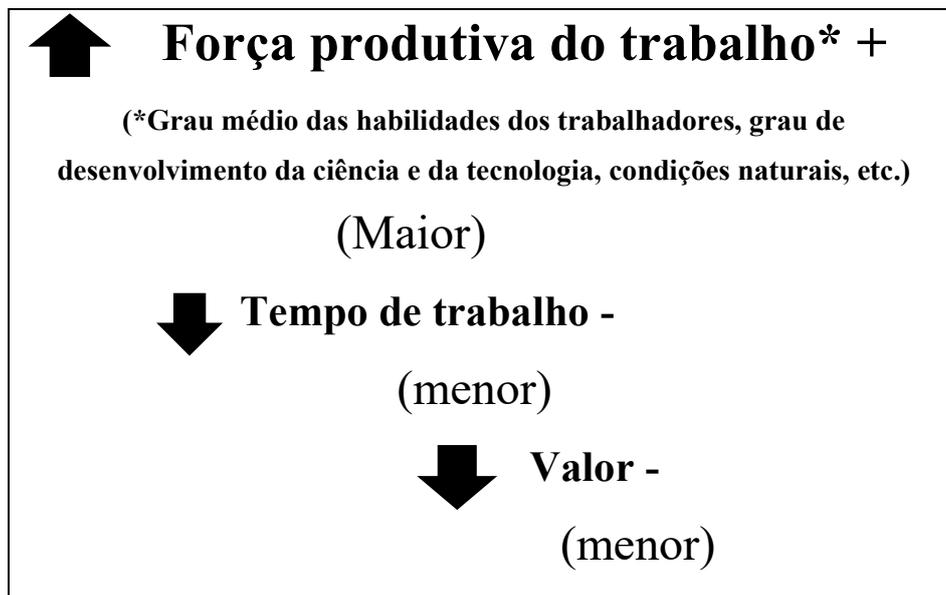
Conforme já exposto, o valor das mercadorias é determinado pelo quantum de trabalho abstrato nelas contidos, uma média social do tempo socialmente necessário para produção das mesmas, portanto: “O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra” (MARX, 1985, p. 48).

A questão concreta que se coloca e que retomamos nesse momento é que o tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias altera-se na medida em que há mudanças nas forças produtivas do trabalho, assim essas circunstâncias afetam as relações mercantis, já que alteram as grandezas de valores das mercadorias. Lembremos que isso ocorre, por exemplo, devido a alterações no grau médio de habilidades dos trabalhadores, no nível de desenvolvimento da ciência e da tecnologia e até devido a condições naturais. Assim, “[...] o mesmo quantum de trabalho em condições climáticas favoráveis, se representa em 8 bushels de trigo, em condições climáticas desfavoráveis, em somente 4” (MARX, 1985, p. 48). Ou seja,

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nela cristalizado, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. **A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza** (MARX, 1985, p. 49, grifos nossos).

Logo, quanto maior for o desenvolvimento das forças produtivas menor será o tempo necessário para a produção de determinada mercadoria, por conseguinte, menor será o seu valor; já quanto menor for o desenvolvimento das forças produtivas, maior será o tempo necessário para produção e, por isso, maior o seu valor. Sendo assim, o desenvolvimento tecnológico e a inserção da maquinaria nos processos de trabalho recaem sobre o valor das mercadorias, o que ocorre inclusive sobre o valor da força de trabalho.

Figura 8. Nível do desenvolvimento das forças produtivas





Fonte: Elaborado pela autora com base em Marx (1985).

Historicamente, com o intenso desenvolvimento das forças produtivas – avanço tecnológico e científico – houve um aumento da produção de mercadorias em grandes quantidades e variáveis, e isso com reduzido quantum de valor, o que, por conseguinte, proporciona o resultado de abaixar o valor das mercadorias em geral. É no interior desse jogo que se dá entre os mais diversos produtores, para sobreviver na concorrência intercapitalista, que o trabalhador educado para ser um empreendedor individual irá se defrontar.

Ele terá que concorrer com o valor socialmente determinado de suas mercadorias, já que elas em geral também são produzidas por empresas melhor estruturadas e, na maior parte das vezes, detentoras de forças produtivas amplamente avançadas, cujo resultado final é a tendencial queda no seu valor.

Conforme Tumolo (2003, p. 170, grifos nossos) expõe, outro agravante é identificado nesse processo, pois:

[...] o **fantástico desenvolvimento das forças produtivas** das últimas décadas, em velocidade e grau jamais assistidos, possibilitou a produção de quantidades imensuráveis de mercadorias com um reduzido quantum de valor (trabalho abstrato), o que proporcionou uma substancial **diminuição do valor das mercadorias** em geral, **inclusive o da força de trabalho** [...].

Esse processo de desenvolvimento das forças produtivas e a consequente queda do valor das mercadorias em geral, teve como consequência social “[...] força de trabalho supérflua, formada tanto pelo contingente de trabalhadores que foi desempregado como por aquele que jamais será empregado, fenômeno que muitos autores chamam de ‘**desemprego estrutural**’” (TUMOLO, 2003, p. 170, grifos nossos).

Um dos autores apologistas do empreendedorismo, Dornelas (2008), correlaciona a sua origem ao acelerado desenvolvimento tecnológico – conforme já mencionado neste trabalho – e coloca-o como uma alternativa possível para driblar o desemprego, ignorando seus reais determinantes. Ao propagar essa ilusão, mistifica as relações estruturais e responsabiliza o próprio indivíduo por uma condição social, a de desempregado, que independe de sua vontade, já que sua causa está radicada na própria lógica intrínseca do capital. Vejamos como essas ideias se esvaem no confronto com a materialidade da vida social real.

#### 4.2 PROBLEMATIZANDO O EMPREENDEDORISMO À LUZ DE EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Para vislumbrarmos de modo concreto a dimensão do problema do desemprego no Brasil, apontamos dados de agências brasileiras de pesquisa que são responsáveis pelo acompanhamento sistemático do desemprego: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME); e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), que junto com a Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados (Seade) realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

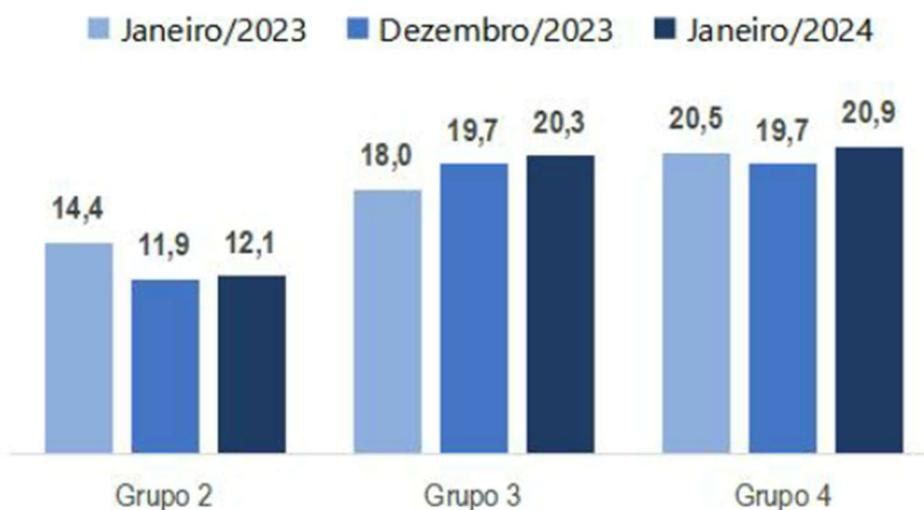
Segundo o IBGE, o ano de 2023 encerrou com uma taxa de desemprego de 7,8%, que embora tenha sido menor em relação ao ano anterior, representa que a população desocupada no país totalizou 8,5 milhões de pessoas. Coadunamos com Tumolo e Tumolo (2019, p. 125) ao indicarem que a forma como se dá a pesquisa realizada pelo “[...] Dieese/Seade nos parece mais apropriada para a compreensão do desemprego brasileiro, na medida em que permite englobar as variações das situações de emprego, características da sociedade brasileira atual”.

Se considerarmos que esses dados se restringem ao país, é possível dimensionar a gravidade da situação e como ela requer justificativas que promovam a coesão social e evitem questionamentos à ordem do capital, o que a ideia do empreendedorismo vem atender.

É necessário salientar em relação aos dados aqui apresentados que a PED foi descontinuada, em diferentes momentos, por falta de financiamento em todas as regiões onde era realizada. Em 2020 o levantamento foi retomado no Distrito Federal, única localidade onde a pesquisa é feita atualmente. Considerando isso, abaixo optamos por trazer os dados referentes à pesquisa realizada no Distrito Federal, a título de exemplo, já que eles nos permitem explorar melhor o movimento que demarca o processo de ocupação da força de trabalho brasileira, mesmo que considerando um curto espaço de tempo.

**Figura 9. Taxa de desemprego (Distrito Federal) – Regiões administrativas**

Taxa de desemprego total, por Grupos de Regiões Administrativas<sup>(1)</sup>  
Distrito Federal – janeiro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024 (em %)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação da taxa de desemprego total para o **Grupo 1**

Obs.: **Grupo 1** (alta renda) - Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul e Park Way e Sudoeste/Octogonal. **Grupo 2** (média-alta renda) - Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires. **Grupo 3** (média-baixa renda) - Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. **Grupo 4** (baixa renda) - Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA – Estrutural e Varjão

Fonte: São Paulo: Seade/Dieese, Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED).

Segundo a PED, são considerados desempregados aqueles trabalhadores que estão na situação de desemprego aberto e desemprego oculto: o primeiro diz respeito aqueles que não exercem alguma atividade e não procuram emprego; já o segundo diz respeito aos indivíduos que, em paralelo à sua procura de emprego, exercem alguma atividade irregular e descontínua. Sendo assim, na figura acima temos as taxas referentes ao desemprego total, o qual engloba o desemprego aberto e o desemprego oculto, tendo como base o Distrito Federal.

Ademais, a pesquisa traz uma divisão por grupos de regiões administrativas, sendo subdivididas em: alta renda (grupo 1), média-alta renda (grupo 2), média-baixa renda (grupo 3) e baixa renda (grupo 4). O fato que queremos ressaltar é que as maiores taxas de desemprego total se encontram no grupo 4, baixa renda, o que demarca que o desemprego é mais significativo entre pessoas do grupo mais empobrecido socialmente.

A PED considera como ocupados o conjunto de pessoas que: 1 - possuem trabalho remunerado exercido com regularidade; 2 - possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular e não procuram trabalho diferente do atual, excluindo aquelas que, não tendo

procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias; e 3 – possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, e não procuram trabalho. Considerando isto, a figura abaixo traz dados referentes a estimativa dos números de ocupados por setores de atividades econômicas.

**Figura 10. Número de ocupados (Distrito Federal) – setores atividades econômicas**

**Estimativas do número de ocupados, segundo setores de atividade econômica  
Distrito Federal – janeiro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024**

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações Relativas (5)	
	Jan/23	Dez/23	Jan/24	Jan-24/Dez-23	Jan-24/Jan-23
<b>Ocupados (1)</b>	<b>1.362</b>	<b>1.427</b>	<b>1.419</b>	-0,6	<b>4,2</b>
Indústria de Transformação (2)	44	44	45	2,3	2,3
Construção (3)	70	66	66	0,0	-5,7
Comércio e Reparação (4)	224	233	238	2,1	6,3
Serviços (5)	1.002	1.061	1.046	-1,4	4,4
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (6)	179	188	180	-4,3	0,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF). Convênio: IPEDF-GDF e DIEESE. PED-DF

Notas: (1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); Atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar

(5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar

(6) Seção O da CNAE 2.0 domiciliar

Fonte: São Paulo: Seade/Dieese, Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED).

A figura acima evidencia dados referentes ao Distrito Federal e demarca que o setor de atividade econômica que mais possui número de pessoas ocupadas é o setor de serviços, no período de janeiro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024. De acordo com a PED (2024, p.9) “Em relação janeiro de 2023, o número de ocupados aumentou (4,2%), chegando a 1.419 mil pessoas, em janeiro de 2024. Esse movimento decorreu, setorialmente, do aumento no número de ocupados no setor de Serviços (4,4%)”. Portanto, segundo a pesquisa realizada, o aumento do número de ocupados está atrelado ao aumento da atividade econômica do setor de serviços. Conforme informado na legenda da figura 10 acima, o setor de serviços, segundo o Conselho Nacional de atividades econômicas – CNAE 2.0 domiciliar, diz respeito a iniciativas privadas, que vão desde trabalhos exercidos de forma regular até formas irregulares.

Levando esses dados em conta e relacionando-os com os discursos acerca do empreendedorismo, é possível afirmarmos que seus defensores não podem ignorar a universalização das determinações do capital, inegáveis na materialidade social, por isso consideram a existência do desemprego, amplamente comprovado nos dados acima.

O que seus apologistas propagam é a naturalização dos problemas de ordem estrutural, como o desemprego, tratando os indivíduos como sujeitos adaptáveis a essas condições e responsáveis por superar esse problema, uma vez que a mudança dessa sociabilidade não deve ser considerada como possível. Para isso todo um arcabouço ideológico é estruturado.

Foster (1999, p. 196) denuncia no âmbito do movimento ideológico atual, denominado de “pós-moderno”, o fato de que, “[...] na década de 1990 – uma era de triunfalismo capitalista – a direita tenha, mais uma vez, proclamado ‘o fim da história’: o triunfo eterno das instituições capitalistas em todo o mundo e o fim da luta de classe, juntamente com o ‘fim da ideologia’”. Por meio dessa estratégia que se perpetua de distintas formas, busca-se propagar a crença de que o capitalismo é a última forma de sociabilidade na história da humanidade.

Dissemina-se a naturalização das relações estabelecidas sob o capital, como se só restasse aos indivíduos a resiliência, ocultando a existência da luta de classes. A defesa da atividade empreendedora na educação pode ser compreendida no interior desse movimento, de caráter político e ideológico. Ao se considerar como um dos objetivos propostos para a formação dos jovens o desenvolvimento de habilidades e competências para o empreendedorismo, já se revela e fica demarcada por si só a existência da questão do desemprego, que é naturalizado, realizando um apagamento de suas causas estruturantes.

Nessa sociabilidade na qual o trabalhador está subsumido ao capital, demarca-se a degradação humana, em que as próprias necessidades físicas, como a alimentação, estão ameaçadas para muitos indivíduos. A realidade “[...] é a manifestação aparente do ‘jogo de vida e morte’ que os indivíduos têm de travar para poderem produzir-se como seres humanos na forma social do capital” (TUMOLO; TUMOLO, 2019, p. 143).

Tendo em vista que a educação está inserida e é configurada pelo modo de produção capitalista, é indispensável desvelar as leis de funcionalidade que regem essa organização social, especificamente para compreender as relações de trabalho e a ideia do empreendedorismo enquanto orientação para qualificação da classe trabalhadora. É possível afirmar que na sociabilidade do capital mundial é imprescindível ir além das aparências dos processos de trabalho, o que requer o aprofundamento nas leis inerentes ao capital, para reflexão sobre as propostas balizadoras para a educação.

Como o empreendedorismo na educação é largamente propagado no sentido de auxiliar a formação de indivíduos ousados e criativos, que promovam a criação de novos negócios, consideramos importante nesse momento confrontar essa suposta alternativa com dados concretos. Algumas pesquisas tratam do resultado obtido com o empreendedorismo no Brasil.

Há um programa de pesquisa, cujo nome é *Global Entrepreneurship Monitor* – Monitoramento de Empreendedorismo Global (GEM), de abrangência mundial, que trata de avaliar anualmente os níveis nacionais da atividade empreendedora. Ele se iniciou em 1999, com a participação de 10 países, por meio de uma parceria entre a *London Business School*, da Inglaterra, e o *Babson College*, dos Estados Unidos.

O último relatório executivo do GEM, para o ciclo de 2022 – última versão realizada até o momento – entrevistou 2.000 indivíduos da população adulta e 52 especialistas. Quanto ao sentido ou conceito adotado pelo documento, o empreendedorismo, no entendimento do GEM (2022, p. 3), “[...] é qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento (formal ou informal), seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. E a atividade empreendedora se inicia antes mesmo da criação do negócio”.

Na pesquisa realizada por esse programa, a análise segue alguns critérios e classificações. Para avaliar a situação existente os levantamentos se dão a partir da subdivisão em grupos, sendo que os empreendedores são diferenciados pelo tempo de atividade realizada: nascentes, novos, iniciais e estabelecidos.

[...] a taxa de **empreendedores nascentes** – proporção da população envolvida, nos últimos 12 meses, com empreendimentos em fase de criação ou já em operação e remunerando seus sócios ou empregados por, no máximo, 3 meses –; a taxa de **empreendedores novos** – proporção da população que é ao mesmo tempo proprietária e administradora de algum negócio com, no mínimo, 3 meses e, no máximo, 3 anos e meio de operação. A combinação da taxa de empreendedores nascentes e novos resulta na taxa de **empreendedores iniciais (TEA)**, muito importante para análises agregadas das primeiras fases do empreendedorismo; e **empreendedores estabelecidos** –; e empreendedores estabelecidos (EBO) –, proporção da população envolvida em negócios com mais de 3 anos e meio de existência (GEM, 2022, p. 4).

Com essa classificação, vários estudos são realizados, levando-se em conta distintos aspectos. Inicialmente apresentamos os estudos que se referem à “motivação”, ou seja, procuram levantar e classificar a razão pela qual os entrevistados buscam iniciar uma “atividade empreendedora”. O documento sintetiza as informações obtidas em relação a esse quesito na

figura que reproduzimos abaixo:

**Figura 11. Taxas empreendedores: razões para iniciar um negócio**

**Tabela 4.1** Percentual dos empreendedores<sup>1</sup> segundo as motivações para iniciar um novo negócio - Brasil - 2022

Motivação	Percentual dos Empreendedores (%)		
	Nascentes	Novos	Iniciais
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	83,3	81,3	82,0
Para fazer diferença no mundo	79,4	72,6	75,2
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	73,0	59,1	64,3
Para continuar uma tradição familiar	49,9	40,6	44,1

Fonte: GEM Brasil 2022

<sup>1</sup> Empreendedores que concordam totalmente ou parcialmente com cada uma das motivações. As motivações não são excludentes, ou seja, o empreendedor pode ter concordado com mais de uma alternativa apresentada.

Fonte: Brasil: *Global Entrepreneurship Monitor* (2022, p.16) – empreendedorismo no Brasil: Relatório executivo.

A razão que mobilizou a adesão ao empreendedorismo e prevaleceu dentre as respostas obtidas, para os empreendedores nascentes e novos, foi “ganhar a vida devido à escassez de empregos” –, sendo que mais de 80% deles indicaram esse motivo para iniciarem um negócio.

Na sequência, a razão mais mencionada nos dois estágios do empreendedorismo inicial foi “fazer diferença no mundo” – quase 80% entre nascentes e pouco acima dos 70% entre os empreendedores novos. O motivo de “construir uma grande riqueza ou renda muito alta”, foi a terceira opção mais citada.

Temos, portanto, como principal motivo que leva os indivíduos a iniciarem no universo do empreendedorismo, é a “necessidade”, devido a questão do desemprego. Isto evidencia que, não por acaso, o pilar “aprender a empreender” é considerado como eixo norteador para a educação, já que deixa subentendido a intencionalidade de propor o empreendedorismo como alternativa possível ao desemprego.

O levantamento também explora outros fatores ligados a essa atividade, como as atividades realizadas e o estágio de desenvolvimento dela. Abaixo apresentamos outra figura retirada do relatório executivo do GEM, que diz respeito aos dados obtidos quanto às atividades mais comuns iniciadas pelos novos empreendedores que se arriscam no país, especificamente

no ano de 2022.

**Figura 12. Taxas empreendedores: estágios e atividades econômicas**

**Tabela 5.1**

Distribuição percentual das atividades<sup>1</sup> dos empreendedores segundo o estágio do empreendimento - Brasil - 2022

Atividades dos empreendedores					
Nascentes		Novos		Estabelecidos	
Atividades (CNAE)	%	Atividades (CNAE)	%	Atividades (CNAE)	%
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	13,0	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	9,0	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	5,4
Serviços de <i>catering</i> , bufê e outros serviços de comida preparada	10,8	Serviços de <i>catering</i> , bufê e outros serviços de comida preparada	7,2	Atividades jurídicas, exceto cartórios	5,4
Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	5,5	Serviços domésticos	5,4	Serviços especializados para construção	4,6
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	5,4	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	5,0	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	4,1
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	3,9	Atividades de consultoria em gestão empresarial	4,1	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	4,1

Fonte: GEM Brasil 2022

<sup>1</sup> A nomenclatura utilizada para descrever as atividades desenvolvidas pelos empreendedores é baseada na redação dada pela Classificação Nacional da Atividades Econômicas – CNAE, em seu 4º nível, ou seja, as classes CNAE.

Fonte: Brasil: *Global Entrepreneurship Monitor* (2022, p.16) – Empreendedorismo no Brasil: Relatório executivo.

É notória a maior presença de atividades relacionadas à alimentação entre os empreendedores iniciais. As atividades de “restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas”, “serviços de *catering*, bufê e outros serviços de comida preparada” alcançam, quando somadas, quase 25% dos empreendedores nesse estágio do empreendimento.

Outro dado importante que o documento traz diz respeito à “Taxa de descontinuidade”, ou seja, ao número de negócios encerrados e suas principais causas. Em outras palavras, indica o percentual de negócios que fracassou perante a concorrência intercapitalista, procurando indicar suas causas.

A figura 13, apresentada a seguir, retrata uma tabela elaborada pelo GEM, que vale a pena ser apresentada na discussão, tendo em vista seu potencial revelador da condição real a

que essa atividade se submete na realidade concreta.

**Figura 13. Taxa de descontinuidade (encerramento) de negócios**

**Tabela 1.2** Percentual da população que descontinuou um negócio e principais razões da descontinuidade - Brasil - 2020:2022

Proporção da população que afirma ter encerrado algum negócio no ano anterior	Ano			
	2020	2021	2022	
	9,4	9,1	9,8	
Principais razões da descontinuidade	Negócio não lucrativo ou dificuldade para obter recursos	26,1	24,4	35,2
	Questões relacionadas à pandemia de coronavírus	41,6	47,4	26,6
	Questões pessoais ou familiares	15,5	13,5	23,4
	Outra oportunidade de trabalho ou negócio	5,8	4,9	4,6
	Outras	11,0	9,7	10,2
	Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEM Brasil 2020, 2021 e 2022

Fonte: Brasil: *Global Entrepreneurship Monitor (2022, p.6)* – empreendedorismo no Brasil: Relatório executivo.

Nessa figura nos é desvelado que a razão “Negócio não lucrativo ou dificuldade para obter recursos” apresentou um aumento crescente de pessoas que encerraram seus próprios negócios por um motivo: falta de lucros e dificuldade na aquisição de recursos. Nota-se que “descontinuidade dos negócios” ficou concentrado no grupo dos empreendedores nascentes (aqueles em criação ou com até 3 meses de atividade), logo podemos inferir que das 2.000 mil pessoas entrevistadas, 35.2 % delas, no ano de 2022, não conseguiu dar continuidade ao negócio iniciado.

Outro dado que chama a atenção é o fato de que as causas atribuídas, em sua quase totalidade, giram em torno de razões de ordem individual, pontual ou conjuntural, velando e omitindo por completo a concorrência intercapitalista, parte da lógica inerente ao modo de produção capitalista.

Paralelo a essa informação, temos a figura nº 14 a seguir, que sintetiza os dados referentes às informações da renda familiar dos empreendedores que iniciam um negócio próprio. Isso é revelador pois nos permite identificar a situação da classe trabalhadora perante essa questão, pois, apesar de adotar uma classificação com base na renda familiar, é possível ao menos vislumbrarmos a característica socioeconômica que demarca a maior parte dos indivíduos que se lançam a esse desafio na sociedade.

**Figura 14. Taxa empreendedores – renda familiar****Tabela 2.4**

Taxas específicas<sup>1</sup> e variações<sup>2</sup> (em %), entre 2022 e 2021, dos empreendedores nascentes, novos e estabelecidos segundo a renda familiar - Brasil - 2021:2022

Renda familiar	Taxas 2022				Variações 2022/2021 (em %)			
	Iniciais (TEA)			Estabelecidos (EBO)	Iniciais (TEA)			Estabelecidos (EBO)
Taxa Geral	Nascentes	Novos	Total (TEA)		Nascentes	Novos	Total (TEA)	
	7,5	12,6	20,0	10,4	-26%	14%	-5%	4%
Até 1 salário mínimo	8,5	7,3	15,8	7,8	20%	-12%	3%	20%
Mais de 1 até 2 salários mínimos	7,7	12,2	19,8	7,4	-37%	27%	-8%	5%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	8,9	11,5	20,4	8,5	-17%	25%	6%	-15%
Mais de 3 até 6 salários mínimos	8,7	16,7	25,3	11,3	-34%	17%	-6%	3%
Mais de 6 salários mínimos	8,0	18,7	26,3	19,6	-48%	25%	-12%	23%

Fonte: GEM Brasil 2021 e 2022

<sup>1</sup> Percentual da população referente a cada categoria da população (ex. 8,5% da população com renda familiar de até 1 salário mínimo no Brasil são empreendedores nascentes).

<sup>2</sup> Variação percentual da taxa de empreendedorismo em cada categoria da população (ex. Entre 2021 e 2022 houve uma diminuição de 12% na taxa de empreendedorismo novo entre quem possui renda familiar de até 1 salário mínimo no Brasil).

Fonte: Brasil: *Global Entrepreneurship Monitor* (2022, p.6) – empreendedorismo no Brasil: Relatório executivo.

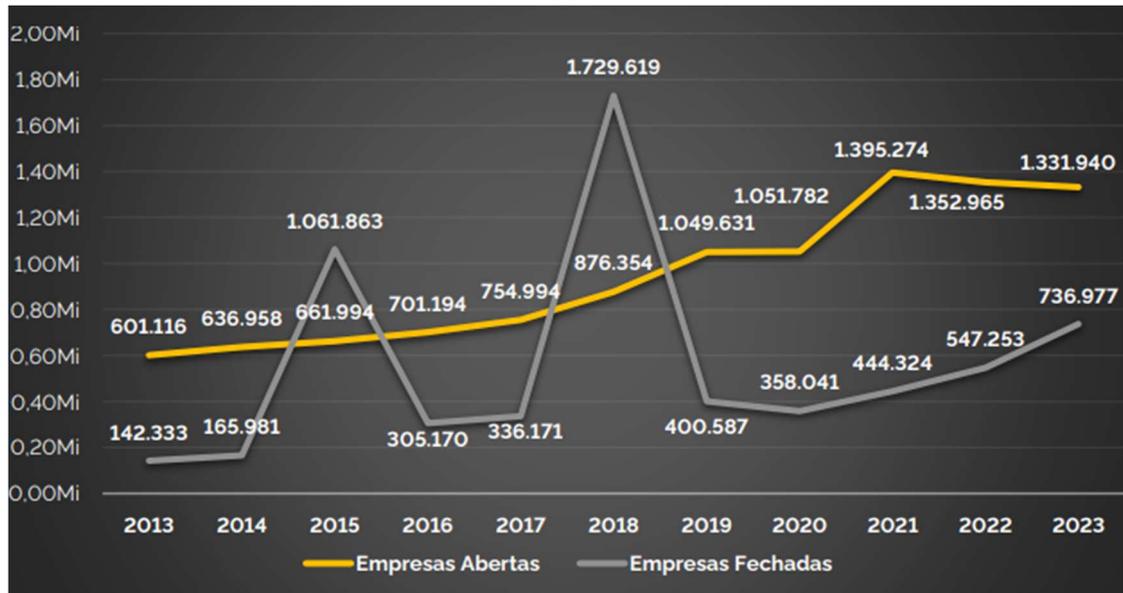
Observa-se que, “Já entre os mais pobres (até 1 SM) a taxa cresceu, com uma variação de 20%. Estes dados mostram que a redução na taxa geral do empreendedorismo nascente foi, principalmente, influenciada pela queda nas iniciativas de empreendedorismo pela população com maior renda” (GEM, 2022, p. 10). Diante disso, afirma-se que a população com até um salário mínimo foi a que mais iniciou algum negócio e se tornou, segundo a pesquisa, “empreendedor nascente”.

Além disso, há na pesquisa dados referentes à escolaridade dos empreendedores no Brasil: “[...] o acréscimo na taxa de empreendedores novos ocorreu com uma mudança na sua estrutura: houve uma redução dos mais escolarizados e um aumento dos menos escolarizados” (GEM, 2022, p. 10). Por empreendedores novos são considerados como aqueles que são proprietários de algum negócio com, no mínimo, 3 meses e, no máximo, 3 anos e meio de funcionamento. O que observamos é que no ano de 2022 os mais escolarizados diminuíram os novos empreendimentos, tendo esses aumentado entre a população menos escolarizada.

Em se tratando de pesquisas, de acordo com o “Mapa de Empresas”, divulgado pelo governo federal, no primeiro quadrimestre de 2023, publicado em 29 de maio deste ano, o país “[...] registrou 21.020.285 empresas ativas, considerando matrizes, filiais e microempreendedores individuais (MEI). Nesse cenário, 93,7% das empresas são microempresas ou empresas de pequeno porte” (MAPA DE EMPRESAS, 2023, p. 2).

Outro dado relevante para nossa discussão é o índice de fechamento de empresas no país, em um período de 10 anos.

**Figura 15. Demonstrativo de empresas abertas e empresas fechadas (2013-2023).**



Fonte: Brasil: Mapa de Empresas (2023, p.4).

Diante disso, temos que:

No primeiro quadrimestre de 2023 foram abertas 1.331.940 empresas, o que representa aumento de 21,8% em relação ao terceiro quadrimestre de 2022 e queda de 1,6% em relação ao mesmo período em 2022. No conjunto de empresas abertas no primeiro quadrimestre deste ano, 97,7% do total são microempresas ou empresas de pequeno porte. Por outro lado, foram fechadas 736.977 empresas, representando aumento de 34,3% em relação ao terceiro quadrimestre de 2022, além de aumento de 34,7% em relação ao primeiro quadrimestre de 2022 (MAPA DE EMPRESAS, 2023, p.4).

Portanto, o que se demarca, de acordo com o relatório do governo federal, é que, da mesma forma que muitas empresas (1.331.940) foram abertas no período analisado, em um processo tendencialmente crescente, muitas empresas também foram fechadas (736.977), tendo picos significativos em 2015 e 2018. Ressaltamos ainda que 97,7% das empresas ativas dizem respeito a microempresas ou empresas de pequeno porte, ou seja, negócios que seguem a linha do empreendedorismo.

Paralelo a isso, o SEBRAE realizou uma pesquisa em 2020 (sua mais recente versão), intitulada “Sobrevivência de Empresas”. A mesma foi publicada em formato de relatório e contou com a participação de 3.047 entrevistas, realizadas no período de 14 de dezembro de

2020 e 30 de janeiro de 2021. A mesma traz que o setor de microempreendedores individuais e de empresas de pequeno porte é o que apresenta a maior taxa de mortalidade de negócios em até cinco anos, ou seja: aqueles negócios tidos como “empreendedores” morrem em até cinco (5) anos.

Ademais, outra informação pertinente presente no Mapa de Empresas (2023, p. 5) é quanto às atividades predominantes no âmbito econômico.

[...] predominam as atividades do setor terciário da economia, relativas ao comércio e prestação de serviços. Tais atividades representam 81,6% das empresas em funcionamento no país. No primeiro quadrimestre deste ano o retrato foi similar, com 83,8% das empresas abertas nesse setor, sendo 59,5% para prestação de serviços”.

Concomitante a isso, de acordo com a pesquisa “Sobrevivência de Empresas” (SEBRAE, 2020), o setor do comércio foi o setor que mais fechou, com 30,2%. Quanto aos demais, as taxas são as seguintes: Indústrias da transformação com 27,3%, serviços 26,6%, e indústria extrativa com 14,3% de encerramento. Embora haja uma significativa presença de atividade econômica voltada para prestação de serviços e de comércio, é justamente essa atividade que possui grande grau de mortalidade.

Revela-se com esses dados que o empreendedorismo apresenta elevado grau de mortalidade que se dá, de acordo com os defensores do empreender, em razão de erros de gestão de negócios, falta de capacitação e/ou formação adequada, ausência de preparação para abrir um negócio, “mercados” restritos, dificuldade em adquirir recursos necessários para produção de bens e/ou serviços, insuficiência de lucros, entre outras causas. Como é perceptível, novamente as justificativas remetem a características que são subjetivas e individuais.

Como para os apologistas do empreendedorismo, em linhas gerais, ele pode ser resumido a uma atividade inovadora ou à criação de um negócio, seja com a venda de alguma mercadoria ou a prestação de algum serviço, a possibilidade de “criação de negócios” é tida como uma possível alternativa ao desemprego. Nesse sentido, é compreendido por Chiavenato (2012) – já citado neste trabalho – que negócios são vistos como sendo um esforço para produzir alguma mercadoria, bens e/ou serviços com intuito de vender no mercado, em troca de uma recompensa financeira pelo seu esforço.

Obviamente os autores defensores do empreendedorismo, como é caso do autor supracitado, não utilizam o termo trabalho ou valor, como Marx (1985) refere-se ao longo de sua obra, para discorrer sobre a produção de mercadorias. Para seus adeptos se trata de um

“esforço” que merece ser “recompensado”, e essa determinação social do valor das mercadorias é omitida e difundida como algo individual, desvinculada da lógica do capital.

Como procuramos demonstrar na discussão anterior, não é o produtor individual, o trabalhador, que controla o valor de sua mercadoria, mas sim a relação social estabelecida, da qual é extraído o tempo social médio necessário para sua produção. Ou seja, a mercadoria vai chegar ao mercado e vai se confrontar com os demais produtores de mercadorias, que igualmente necessitam vender seus produtos, entrando na concorrência. Como se sustenta desse modo a ideia do empreendedorismo na educação?

#### 4.3 EMPREENDEDORISMO COMO COMPONENTE EDUCATIVO: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL?

É necessário reafirmarmos: o valor das mercadorias não é algo que o indivíduo é capaz de controlar ou alterar, mas sim uma média social que se altera constantemente na medida em que há alterações nos processos de trabalho, nas forças produtivas. Paralelo a esse movimento, um fator agravante a ser considerado é a concorrência intercapitalista e entre os mais diversos produtores de mercadorias. Há uma relação brutal para sobrevivência sob essa sociabilidade.

Conforme já demarcado insistentemente neste trabalho, a sociabilidade é regida pela lógica de mercado, portanto, para sobrevivência dos indivíduos na organização social capitalista, é necessário que comprem os meios de subsistência, logo, é preciso haver troca de mercadorias, sendo os sujeitos, portanto, produtores e consumidores de meios de subsistência, mercadorias.

A classe trabalhadora, aqueles que não detém os meios de produção da vida humana, tem como alternativa primordial vender a única mercadoria de que dispõe, a sua própria força de trabalho para então, a partir da remuneração pela troca, poder comprar os meios para a sua sobrevivência e manutenção da vida.

Isso significa que, no capitalismo, existem, grosso modo, dois segmentos sociais que se constituem e se diferenciam como vendedores: de um lado, os proprietários dos meios de produção que, por decorrência, são também proprietários das mercadorias produzidas e, por esta razão, vendedores destas mesmas mercadorias, e, de outro, os que estão privados dos meios de produção e, dessa forma, tendo como única propriedade sua força de trabalho, são vendedores desta mercadoria (TUMOLO; TUMOLO, 2019, p. 134).

Diante disso, nessa relação em que há a trocas de mercadorias, o que permite que uma possa ser trocada pela outra é o quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para

produção das mesmas. No caso da mercadoria força de trabalho, Marx (1985, p. 142) explica que “O valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de produção, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção”. O autor explica assim que inclusive os custos de formação para produção da força de trabalho entram nos valores gastos com sua produção, variando assim também os valores das diferentes forças de trabalho requeridas. Os custos de formação da produção da força de trabalho, por sua vez, também são acrescentados aos demais valores calculados na média social.

Na especificidade do modo de produção capitalista, por meio de imbricadas relações, o que ocorre é a “[...] compra da força de trabalho do trabalhador pelo capitalista, detentor dos meios de produção, de tal maneira que a força de trabalho produz uma mercadoria que é propriedade do capitalista e este a vende no mercado pelo seu valor” (TUMOLO; TUMOLO, 2019, p. 135). Nesse processo, a mercadoria força de trabalho precisa dar o seu “salto mortal”, ser vendida, e caso isso não ocorra, de nada ela serve ao trabalhador. Sem conseguir vendê-la não há compra dos meios de subsistência necessários para sua manutenção. O fato é que não há garantia alguma de que toda força de trabalho existente será vendida no mercado, pelo contrário, com o desenvolvimento das forças produtivas isso está cada vez mais difícil.

Devido à própria constituição da lógica da sociedade capitalista, a existência do desemprego é uma questão que é estrutural e inerente ao capital. Nessa relação social ocorre o “[...] aumento da composição orgânica do capital, fruto da concorrência intercapitalista e de sua decorrente necessidade de diminuição do valor das mercadorias mediante o aumento de produtividade [...]” (TUMOLO; TUMOLO, 2019, p. 138). Sendo assim é possível inferir que o intenso desenvolvimento da ciência, tecnologia, destreza média dos trabalhadores, volume e eficácia dos meios de produção, acrescentado ao processo de trabalho, ocasiona, entre outras coisas, a força de trabalho supérflua.

O resultado desse processo é, portanto, o que se apresenta como uma de suas consequências, o alto índice social de desemprego. Mediante isso, uma opção que se coloca, além de vender a força de trabalho, é que os indivíduos possam vender outras mercadorias. No entanto, demarca-se nesse caso outra dificuldade: a concorrência com os demais produtores de mercadorias.

Para produzir determinada mercadoria, o sujeito precisa ter objetos de trabalho, aquilo que é transformado por meio do trabalho, com o que o indivíduo vai trabalhar, alterando suas propriedades; e meios de trabalho, ou seja, os instrumentos de trabalho. Além disso, a

mercadoria a ser vendida precisa obedecer à lei do valor. Caso, por exemplo, seja um produto produzido artesanalmente, gastando demasiado tempo de produção, o seu valor será ainda assim determinado pela média social de trabalho humano abstrato.

Na sociedade da ‘livre-iniciativa’, como é o capitalismo, qualquer pessoa pode, a qualquer momento, ‘abrir seu próprio negócio’, como uma loja de doces, uma confecção de camisetas ou um carrinho de hot-dog etc. A sua sobrevivência, contudo, limita-se ao surgimento e à concorrência de alguma grande empresa capitalista. Que lanchonete sobrevive quando tem de competir com um ‘McDonald’s’, por exemplo? (TUMOLO, 2003, p. 176).

No exemplo citado, temos o McDonald’s, uma rede de *fast food* que possui condições de produção em alta escala, logo, o “empreendedor” iniciante no ramo alimentício terá como concorrente grandes empresas, que incrementam a sua produção com tecnologia e maquinário. Enquanto isso, o empreendedor tem o sonho de iniciar o seu próprio negócio, tendo que competir com mínimas condições para tentar sobreviver e fazer o seu “próprio negócio” sobreviver.

Há, portanto, cada vez mais, uma “[...] dificuldade em vender alguma mercadoria, seja ela força de trabalho ou outra mercadoria qualquer, o que resulta em uma dificuldade cada vez maior de sobreviver” (TUMOLO; TUMOLO, 2019, p. 138). Essa característica constitui-se em um limite do próprio capital, que é incontrolável e não consegue frear suas crises, o que exige que se mobilizem políticas sociais, dentre elas a educação, como tentativa de manter a coesão social, restando as lutas de classes, procurando assim minimizar seus problemas internos.

Importante salientar que, além do empreendedorismo, também a empregabilidade é acionada como estratégia educacional.

Neste quadro histórico, tarefas como diminuição da demanda sobre o emprego por meio de recursos como a empregabilidade, que contribuem para a retenção por mais tempo da mão de obra na educação formal, passam a ser essenciais para a extensão terminal do regime, sobretudo diante do desemprego crônico que se universaliza e se manifesta, [...] (MOREIRA; MACENO, 2012, p. 185).

Como já explicado, na forma social de organização da produção pautada no capital, um elemento a ressaltar é que há, portanto, a possibilidade de os indivíduos venderem outras mercadorias além da sua própria força de trabalho. No entanto, “[...] há uma diminuição relativa dessa possibilidade, na medida em que há um aumento relativo do espaço de atuação da relação de produção especificamente capitalista” (TUMOLO; TUMOLO, 2019, p. 138). Esse aspecto demarca os limites e dificuldades que enfrentam as ações “empreendedoras”.

Dessa forma e perante essas contradições é que a educação, inserida nessa totalidade,

assume a função de redentora de problemas de ordem estrutural, especialmente pelos documentos normativos oriundos de orientações de organismos mundiais, que se propagam para as políticas nacionais. Nesses documentos fica evidente que se considera a educação como suposta solução para a questão do desemprego, por exemplo, ao se discutir a qualificação e preparação para o trabalho.

O Estado assume assim sua função de assegurar a manutenção dessa forma social, hoje organizado na forma “neoliberal”, conduzindo as políticas educacionais com o objetivo de converter a educação e outras áreas sociais em setores lucrativos para o capital, isentando-se de seu financiamento, mas mantendo o controle sobre suas diretrizes e princípios.

Os mecanismos para isso são os mais variados, indo desde a instauração e/ou aprimoramento de legislações que correspondam à avidez da classe capitalista em potencializar a exploração da força de trabalho (reforma trabalhista, reforma da previdência, a atual tentativa de aprovar a reforma administrativa etc.), até à sua progressiva isenção no investimento em setores que não compõem a sua finalidade basilar, como por exemplo, na saúde, na assistência social e na educação; ou seja, ele tem, progressivamente, se mostrado melhor naquilo que realmente o define: como Estado máximo em suas funções precípuas e Estado mínimo em funções que não lhe competem necessariamente (TUMOLO; OLIVEIRA; BUENO, 2021, p. 120).

Nesse processo e perante os altos índices de desemprego, o empreendedorismo é apresentado enquanto outra forma possível de sobreviver, que não depende apenas da venda da força de trabalho. Essa proposta educacional tem por finalidade qualificar a força de trabalho para conseguir produzir qualquer outra mercadoria, não necessariamente por meio de um emprego, mas através de uma nova mercadoria empreendida pelo sujeito.

Tomando os pressupostos do empreendedorismo enquanto princípios para o ensino de nível médio, concebe-se que é uma proposta substanciada na individualidade, na vontade e criatividade dos sujeitos, responsabilizando o indivíduo por seu sucesso ou fracasso. Cabe alertar para os limites desse objetivo educacional, que não é visível nas orientações políticas. Preconizar o indivíduo como autônomo e dono de seu “projeto de vida” diverge do que é real, uma vez que, conforme exposto, a problemática do desemprego envolve questões estruturais e não está ao alcance individual superá-la. O empreendedorismo como solução no âmbito educacional, por conseguinte, não se sustenta, já que apresenta impasses que devem ser problematizados e denunciados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação foi analisar o empreendedorismo e os objetivos gerais de sua inserção na Educação Básica, considerando as categorias analíticas da obra marxiana. Sendo assim, inicialmente trouxemos as suas acepções e a inserção dele na educação, considerando as legislações e diretrizes que a norteiam e a determinam na atualidade. Dessa forma, ficou evidenciado ao longo do exposto a característica primordial para o entendimento acerca do empreendedorismo: trata-se de um termo polissêmico no que diz respeito ao seu conceito, havendo uma infinidade de definições e sentidos para o mesmo.

É notório que, embora se trate de um termo polissêmico, na acepção do empreendedorismo há um ponto em comum entre seus autores e defensores, que é a afirmação da possibilidade de promover mudanças nas condições econômicas a partir de ações individuais. Naturalizam-se assim contextos e realidades existentes, bem como problemas estruturais. Quanto à origem do empreendedorismo, vimos que para os autores aqui analisados ele é uma consequência do avanço tecnológico e da competitividade acirrada no âmbito econômico. Ademais, vincula-se a sua origem no Brasil à criação do SEBRAE, que é tido como principal representante da propagação e desenvolvimento de projetos voltados para o empreendedorismo, como por exemplo, o programa JEEP.

Evidenciamos, em linhas gerais, que empreendedor é o indivíduo que cria um negócio, abre uma empresa, “cria empregos”, aproveita oportunidades e utiliza a criatividade para se reinventar e inovar nas atividades econômicas, assumindo os riscos e começando algo novo. O mais característico em se tratando de empreendedorismo é que fica demarcada a criação de um negócio, uma atividade econômica voltada para produção e venda de produtos ou serviços.

Diante disso, temos o empreendedorismo sendo adotado como orientação educativa e até como componente curricular das escolas, com o intuito de “estimular o crescimento econômico”, partindo da educação. Um entendimento chave é a compreensão de que a educação brasileira é parte integrante da educação mundial e, com base nisso, temos que a propagação do empreendedorismo na educação brasileira e início de sua inserção se deu por meio de eventos e documentos de ordem internacional, que ocorrem devido à organização de entidades econômicas, tais como BM e FMI.

Tamanho foi o destaque dado ao empreendedorismo que o mesmo se tornou o 5º pilar para a aprendizagem mundial, de acordo com a UNESCO (2004): “aprender a empreender”. No Brasil isso se refletiu em legislações que regularizam a inserção do empreendedorismo

como tema transversal nas áreas de conhecimentos distintas. Ele foi norteado na educação, entre outros princípios, pela ideia ou “ato de sonhar”, e com isso temos o ato de sonhar e a criação de negócios propagados como objetivos a serem incorporados na educação, seja por meio de projetos ou perpassando todas disciplinas presentes no âmbito escolar, enquanto tema transversal.

Dolabela (2013) discorreu sobre a Pedagogia Empreendedora e definiu-a como um método de aprendizagem desenvolvido por ele, que possui como objetivo nortear-se pelas formulações de sonhos e sua implementação. Consideramos que, para o autor, sonhos se referem à aquisição de mercadorias, pautando-se assim em uma abordagem que visa promover a aprendizagem voltada para planejamentos em torno de adquirir mercadorias para sobrevivência individual. Um fator de destaque na produção do autor supracitado é a total ausência de fundamentação científica em suas formulações, que estão pautadas primordialmente em “sonhos”, em elementos subjetivos e emocionais.

Além disso, como parte das etapas deste estudo, apresentamos como estão as pesquisas voltadas ao empreendedorismo e constatamos que há defensores e críticos. Quanto aos segundos, a análise centra-se no neoliberalismo e não há a utilização do referencial marxiano no que se refere às categorias analíticas presentes na obra *O capital*, de Marx (1985). Por isso, na continuidade desse trabalho, buscamos discorrer sobre a lógica do capital na obra marxiana, a fim de trazer uma contribuição para avançar nos debates e assim fundamentar a apreensão do sentido e dos problemas de uma formação pautada no empreendedorismo.

No que se refere ao “método” de aprendizagem desenvolvido por Dolabela, ele remeteu ao princípio de aquisição e produção de mercadorias, por meio do termo “sonhos estruturantes”, algo muito subjetivo e individual. Com a teoria do valor a partir do referencial marxiano, esboçamos como se dá o processo de troca de mercadorias no interior das relações capitalistas e vimos que não se trata de algo individual, pelo contrário, a determinação do valor das mercadorias e, conseqüentemente, o que permite a troca das mesmas, é uma determinação social, independente da vontade, sonho ou esforço do indivíduo.

Vimos que o ponto de partida para a compreensão das relações capitalistas é justamente a mercadoria, tendo em vista que somos regidos pela lógica de mercado. As mercadorias possuem uma utilidade, que satisfazem necessidades do estomago à fantasia, e essa utilidade diz respeito ao seu valor de uso. O trabalho que produz valores de uso é o trabalho concreto. Já na esfera da circulação, temos o valor de troca, que diz respeito à expressão de valor, sendo que o trabalho que produz valor é o trabalho abstrato. O que permite a troca de mercadorias é o

valor, calculado pela média social do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção das mercadorias.

Considerando isso, já podemos inferir que tanto a abordagem de “sonhos estruturantes” como a criação de negócios, propostos pelos defensores do empreendedorismo, desconsideram e não analisam esses aspectos sob as condições de trocas de mercadorias na relação do capital, remetendo sempre apenas a “esforço” e “vontades” individuais. Além disso, vimos que com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, bem como com o grau médio das habilidades dos trabalhadores, a relação social do capital promove alterações no tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias, o que interfere diretamente no valor das mesmas. Isso gera consequências de ordem estrutural: força de trabalho supérflua (desemprego) e acirramento da concorrência intercapitalista.

Sendo assim, articulando as ideias propagadas com a empiria do real, na finalização do trabalho apresentamos números significativos de desemprego e de negócios encerrados ainda em sua fase inicial, demarcando a inviabilidade prática do sucesso da proposta ou ideia do empreendedorismo. Ela não pode ser considerada uma alternativa para solucionar os problemas sociais nem tem sentido algum se considerar o empreendedorismo enquanto elemento formativo na educação da classe trabalhadora.

Isso porque os problemas vivenciados na relação social atual são de ordem estrutural: a concorrência intercapitalista e o desemprego não serão superados por meio de ações individuais, com inovação e criatividade; é necessário que haja a superação da estrutura que fundamenta a relação de produção capitalista, da forma como se dá a reprodução do capital. Portanto, enquanto houver capitalismo haverá a existência desses problemas e de forma cada vez mais intensificada. Não se trata de algo individual, é estrutural. Uma proposta educacional respaldada no empreendedorismo como alternativa possível, omite e mascara o real, por isso a importância de a denunciarmos e a combatermos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Reforma do Ensino Médio. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, MEC: 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=59321>. Acesso em: 04 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº: 13, de 6 de setembro de 2010**. Consulta acerca da inclusão do Empreendedorismo como disciplina no currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Profissional e da Educação Superior. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6552-pceb013-10&category\\_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6552-pceb013-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Econômica e Empreendedorismo na Educação Pública**: Promovendo O Protagonismo Infantojuvenil. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8214-educacao-economica-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8214-educacao-economica-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 24 out. 2023.
- CAMARGO, G. B. de. **O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos do Sebrae e a divulgação do empreendedorismo na Educação**. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.
- CASTRO, L. F. de. **“Aprender a empreender”**: o projeto de educação do SEBRAE para a educação básica pública. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. Barueri: Manole, 2012.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED)**. São Paulo: Seade/Dieese. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Ed. De Cultura, 1999.
- DOLABELA, F.; FILION, L. J. Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. **Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business**, v. 2, n. 3, p. 134-181, 2013.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FOSTER, J. B. Posfácio. Em defesa da história. In: WOOD, E. M; FOSTER, J. B (Orgs.). **Em**

**defesa da história:** marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 196-206.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1968.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **2022 – Empreendedorismo no Brasil. Relatório executivo**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/05/GEM-BR-2022-2023-Relatorio-Executivo-v7-REVISTO-mai-23.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

HOELTGEBaum, M. Pedagogia Empreendedora: Fernando Dolabela. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130, abril/junho 2004. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/293>. Acesso em 02 abr. 2023.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi9vZOVheOEaxXKK7kGHThzAdMQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.gepec.ufscar.br%2Fpublicacoes%2Flivros-e-colecoes%2Flivros-diversos%2Fintroducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf&usq=AOvVaw3yM9IPESHWJ3Zcid-q1tkv&opi=89978449>. Acesso em: 10 mar. 2023.

OLIVEIRA, André Ricardo et al. **Para além ou para quem do capital?:** apontamentos críticos acerca do universo categorial de István Mészáros. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. **Deliberação CEE/PR nº 04/2021, aprovada em 29 de julho de 2021**. Institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná. Curitiba: CEE, 2021. Disponível em: [http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-08/deliberacao\\_04\\_21.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/deliberacao_04_21.pdf). Acesso em: 25 out. 2023.

SEBRAE. **Relatório de Gestão do exercício de 2014**. Midic: Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=%3Chttp%3A%2F%2Fwww.sebrae.com.br%2FSebrae%2FPortal%2520Sebrae%2FAnexos%2FRelatorio%2520de%2520Gestao\\_Sebrae%2520Nacional\\_Exercicio\\_2014.pdf.%3E&rlz=1C1CHZN\\_pt-BRBR925BR925&oq=%3Chttp%3A%2F%2Fwww.sebrae.com.br%2FSebrae%2FPortal%2520Sebrae%2FAnexos%2FRelatorio%2520de%2520Gestao\\_Sebrae%2520Nacional\\_Exercicio\\_2014.pdf.%3E&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUqBggAEEUYOzIGCAAQRRg70gEJNTk0NDFqMGo5qAIAAsAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=%3Chttp%3A%2F%2Fwww.sebrae.com.br%2FSebrae%2FPortal%2520Sebrae%2FAnexos%2FRelatorio%2520de%2520Gestao_Sebrae%2520Nacional_Exercicio_2014.pdf.%3E&rlz=1C1CHZN_pt-BRBR925BR925&oq=%3Chttp%3A%2F%2Fwww.sebrae.com.br%2FSebrae%2FPortal%2520Sebrae%2FAnexos%2FRelatorio%2520de%2520Gestao_Sebrae%2520Nacional_Exercicio_2014.pdf.%3E&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqBggAEEUYOzIGCAAQRRg70gEJNTk0NDFqMGo5qAIAAsAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em 30 out. 2023.

SEBRAE. **Sobrevivência de Empresas**. Sebrae, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1w8geGHR\\_gZpmEoV9ioV4kcPSuvbZshTT/view](https://drive.google.com/file/d/1w8geGHR_gZpmEoV9ioV4kcPSuvbZshTT/view). Acesso em: 22 fev. 2024.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. Os arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos 1990. In: SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, G. J. da. **O ensino de empreendedorismo na educação pública: uma análise acerca da concepção docente nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Alcântil/PB**. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Processo de Ensino-aprendizagem) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e Reformas. In: TOMMASI, L. WARDE, M. J., HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Adriano Mohn e. **Jovens e Educação Empreendedora: que discurso é esse?**2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

SOUZA, Silvana Aparecida. A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações. **Educação & Linguagem**, v. 15, n. 26, p. 77-94, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/3291>. Acesso em: 02 abr. 2023.

RUFATO, Glauca; MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico. A ideologia empreendedora no ensino fundamental: leitura e discussão de teses e dissertações de 2000 a 2019. **Teoria e Prática da Educação**, v. 24, n. 3, p. 42-62, 2021.

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 159-180, 2008.

TUMOLO, L. M. S.; TUMOLO, P. S. A vivência do desempregado: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. In: TUMOLO, P. S (Org.). **Trabalho, capital e formação da classe trabalhadora**. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2019. p. 123-146.

TUMOLO, P. O método de Marx. Em busca de sua apreensão. **Revista Novos Rumos**, v. 58, n. 2, p. 73-84, 2021.

TUMOLO, P. S.; OLIVEIRA, A. R.; BUENO, J. Z. Da educação pública à educação privada: os rumos do ensino superior no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 13, n. 1, p. 119-137, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43599>. Acesso em: 12 mar. 2023.

TUMOLO, P. S. O método de Marx e o método de ensino da pedagogia histórico-crítica: um diálogo crítico. **Perspectiva**, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 1–25, 2020. DOI: 10.5007/2175-795X.2020.e65251. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/65251>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundialsobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 30 set. 2023

UNESCO. **Declaração de Incheon Educação 2030:** rumo a educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Coreia do Sul: Unesco, 2015. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por). Acesso em: 30 set. 2023.